

HISTORIOGRAFIA

HISTORIOGRAFIA ROMANA: DAS ORIGENS À ÉPOCA DE AUGUSTO.

MARILDA CORREA CIRIBELLI

da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Vas-
souras (RJ) e do Instituto de Filosofia e Ciências
Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PREFÁCIO.

Nossa intenção ao redigirmos este trabalho é, somente, apresentar uma síntese dos estudos que realizamos na Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo sobre Historiografia Romana na época de Augusto.

Não reivindicamos qualquer originalidade para o mesmo, porque o consideramos um ensaio introdutório, que nos permitirá maior aprofundamento na obra de Tito Lívio, autor que nos despertou vivo interesse pelas contraditórias opiniões emitidas sobre sua obra.

Escolhemos esta temática — Historiografia na Época do Principado — porque julgamos a análise das obras históricas profundamente significativas. Aceitamos que o valor de uma obra histórica, não é apenas objetivo, representado pela verdade que ela contém, mas também por refletir a cultura e a sociedade daqueles que viveram em determinado período histórico.

Nosso trabalho poderá parecer extenso e pouco profundo. Queremos assinalar que nossa intenção foi dar uma visão geral da Historiografia Romana anterior no Principado; estudar a época de Augusto e a historiografia da mesma, para então, analisarmos suas possíveis contribuições, à obra daquele que foi o maior representante da analística latina no Principado — TITO LÍVIO.

* *

*

I. —INTRODUÇÃO.

1. — ORIGENS DA HISTORIOGRAFIA ROMANA.

1.1. — *Os Anais, sua influência na História do Principado.*

A Historiografia Romana tem suas origens em Instituições práticas de ordem civil e religiosa (1). Foi da organização do calendário realizada pelos sacerdotes todos os anos, indicando as Festas Religiosas, os *Dies Fasti* e *Nefasti*, os *Dies Atri* e *Dies Intercalares*, que nasceu a Historiografia Romana (2). O calendário era, pois, a lista dos dias, datada quanto ao ano pela menção do consulado e acrescida posteriormente por elementos novos, como guerras, tratados, leis, prodígios, desta organização emanada da época do Rei Numa Pompílio nasceu a historiografia (3).

"O Calendário Oficial" era colocado todos os anos pelo *Pontífice Máximo* na Via Sagrada. Terminado o ano, a tábua em que estava impresso era recolhida aos arquivos Pontificais. No pontificado de Públio Múcio Cévola (133 a.C.), segundo Cícero, rompeu-se a prática da publicação anual dos Anais, dando-se sua codificação e edição em 80 livros, os "Anais Máximos" (4).

Temos notícias da tradição analística de outros documentos além dos "Anais Máximos", tais como os *Libri Magistratum*, e "Arquivos Particulares de Famílias Nobres" que foram fontes importantes para os primeiros Historiadores Romanos.

É inegável que os Anais (os calendários) tiveram importância no aparecimento da História. Mas, depois da consulta a Ettore Pais, julgamos ser a questão da codificação acima citada profundamente controversa (5).

(1). — Vide J. V. D. Besselaar em *Introdução aos Estudos Históricos*, p. 12 e Leon Homo em *La Civilisation Romaine*, p. 148.

(2). — Segundo Besselaar, *op. cit.*, p. 12-15 "Os *dies Fasti* seriam comparáveis aos nossos dias úteis, quando o pretor podia pronunciar sentença judiciária, o povo cuidar dos seus negócios políticos e privados, o que era proibido nos *Dies Nefasti*. Os *Dies Nefasti*, também chamados *Atri* ou Religiosos, eram aqueles em que se comemoravam as catástrofes públicas, nada tendo com a concepção moderna de dias negros ou nefastos.

(3). — Homo (Leon), *op. cit.*, p. 148, 149.

(4). — Cícero, *de Oratore*, II, 12, 52 Apud E. Pais, *Histoire Romaine*, p. 8. Consultar também sobre o assunto Cassani, *Del Epos a La Historiografia Científica*, p. 62.

(5). — Pais (Ettore), *Histoire Romaine*, p. 3, 8 e 9. Acha o autor que há tanto "palavriado" que não pode ser documento de Estado, nem ser muito antigo como se pensava. Sustenta a tese que os Anais Máximos não tem nada a ver com a tábua que os *Pontífices* tinham por hábito colocar na

O que nos importa deixar evidenciado é que os Anais não passavam de

"Anotações Escritas nos tempos antigos onde estavam registrado ano por ano na forma breve e descuidada de crônica, o nome dos sumos magistrados, acontecimentos de significado religioso como carestias, epidemias, guerras" etc... (6).

Não constituíam uma narração, ofereciam apenas um esquema cronástico do qual não se podia deduzir o nexó de casualidade ou compreender como haviam se desenvolvido os acontecimentos.

A nossa referência aos Anais torna-se necessária para compreensão do tema que nos propomos desenvolver, porque eles exerceram uma marcada influência sobre os primeiros historiadores romanos, tanto na documentação, como no método (7). A maioria dos historiadores romanos, e aí, incluímos Tito Lívio, foram analistas.

*

1.2. — *A Influência Grega.*

Alguns historiadores consultados enfatizam a influência grega na redação dos Anais atribuídos ao Pontífice Cévola (8). O Professor Besselaar chega a dizer

"A História Romana deve à História Grega suas idéias, sua forma literária e seus métodos" (9).

A verdade é que a história de Roma surgiu em língua grega. Os primeiros analistas Romanos escreveram em grego; foram influenciados pelos poetas alexandrinos. Citamos como exemplo a influência

Via Sagrada. Para ele as Tábuas dos Pontífices só apareceram na época de Appius Caccus (Censura — 312) e sua redação detalhada sofreu falsificações. Afirma ainda que os Anais Máximos não apareceram de uma só vez. No III ou IV séculos a. C. ? "A Atividade Literária dos antigos Pontífices com o tempo se transformou em uma verdadeira Historiografia" e sua publicação em 80 livros teve um fim Moral e Político. Via-se como uma reação da consciência romana, às novas idéias vindas do Oriente e da Grécia, que desejava fixar uma Historiografia Nacional, uma espécie de verdade oficial, tendo um valor canônico em oposição a certas lendas contraditórias e muitas vezes indiretas com que contavam os historiadores Gregos.

(6). — Passerini (A.), *Questione Di Storia Antica (Historiografia Latina)*, p. 196.

(7). — Cassani (J. C.), *Del Epos a La História Científica*, p. 62 e seguintes.

(8). — Vide Ettore Pais, *op. cit.*, p. 3, 9 e 10.

(9). — Besselaar, *op. cit.*, página 13.

exercida sobre o próprio Tito Lívio por Ennius. O grego era, na época das guerras púnicas, a língua mais conhecida dos poucos escritores existentes; não é de se estranhar portanto que haja havido influência grega na historiografia romana, só não podemos exagerá-la.

Passaremos ao estudo dos primeiros analistas e de suas obras para tentarmos sentir a importância da influência exercida por eles e os seus empréstimos à História da Época de Augusto.

* *

*

2. — A ANALÍSTICA DA REPÚBLICA.

Os historiadores que escreveram nos últimos anos do século III até o final da República inicialmente, como citamos acima, em língua grega e depois em latim, foram numerosos e passaram a formar a chamada "*Escola Analítica*"

Entre os mais conhecidos podemos citar Q. Fabio Píctor, L. Cíncio Alimento, P. Cornélio, A. Póstumo Albino, C. Acílio Glábio, que escreveram em grego e latim, M. P. Catão, Q. Cláudio Quadrigário, L. Cassino Hemina, L. C. Piso, L. Célio Antipater, Cn. Gélio, Valério Antias, Licínio Macer (10). Eles deram à história Romana Antiga sua forma definitiva. Sua intenção era fazer apologia de Roma e mostrar aos outros que os romanos não eram um povo bárbaro (11).

*

2.1. — *Períodos.*

Segundo Passerini, podemos distinguir na analística Republicana (que tanto iria influenciar nos historiadores do Principado), três períodos (12). O primeiro começa no tempo da 2ª Guerra Púnica com os Anais de Q. Fábio Máximo Píctor (13). (São representantes L. Cíncio Alimento, Aulo Postúmio Albino, C. Acílio.) O segundo, que vai da 1ª metade do II século à segunda metade do II século a. C.; e o terceiro que corresponde à Analística do I século a. C.

*

(10). — Homo (Leon), *op. cit.*, p. 149.

(11). — Vide Leon Homo, *op. cit.*, p. 197 e Passerini, p. 196.

(12). — Passerini, *op. cit.*, p. 196 e seguintes.

(13). — Autor usado por Políbio para escrever as Guerras Púnicas.

2.2. — *Os Primeiros Analistas e Suas Obras.*

Os primeiros analistas escreveram em grego e deles pouco sabemos.

Q. Fábio Victor — E o mais antigo analista romano. Foi Senador na segunda Guerra Púnica (14). Escreveu os *Annales* em que trata de forma sumária dos primórdios de Roma. E fonte autorizada para o período das Guerras Púnicas, onde sua narrativa é mais rica.

Foi historiador sério, embora tenha seus erros e exageros (15).

Lúcio Cincio Alimento — Em seus *Annales* também escreveu das origens de Roma até a segunda Guerra Púnica (185 a. C.). Seguiu F. Pictor e outras fontes. Foi pretor conforme nos informa Dionísio de Halicarnasso e no ano de 210 a. C. fazia parte do Senado Romano (16). Entrou na guerra contra o Cartago onde foi feito prisioneiro.

Aulo Postúmio Albino — Pouco sabemos a seu respeito. Somente que escreveu uma *História Romana* cerca de 150 a. C., que foi traduzida cinco anos mais tarde por C. Acílio.

O conteúdo destas obras é derivado de indicações de magistrados, de prodígios, de triunfos, de leis. Não tem a menor ligação direta com Roma (17).

*

2.3. — *Catão.*

A Historiografia posterior a este período foi profundamente influenciada por Marcos Pórcio Catão (234—149), o pai da prosa latina, cuja obra segundo Passerini não pode ser totalmente considerado como a de um analista (18).

Catão foi homem público em Roma. Ocupou vários cargos de importância na República Romana. Foi Questor em 205, Edil e Pretor em 199, Censor em 184 a. C. (19). Entre suas obras destacamos sua *História* que denominou *Origens*. Esta obra é, segundo o professor Leoni, um "Tratado Histórico" que vai das origens até sua época (20).

(14). — Leoni (G. D.), *A Literatura Latino*, p. 26.

(15). — Cassani (J. D.), *op. cit.*, p. 63.

(16). — Halicarnasso (D.), *Arq. Rom.*, I, 74, 1, Apud Cassani, p. 63.

(17). — Pais (Ettore), *op. cit.*, p. 3-10.

(18). — Passerini, *op. cit.* p. 197 e Cassani, *op. cit.*, p. 63.

(19). — Cassani (J. L.), *op. cit.*, p. 63.

(20). — Leoni (G. O.), *op. cit.*, p. 36.

O autor não trata somente de Roma, mostra-nos que compreende a importância dos "Povos Itálicos" para o estudo da civilização romana. Outro aspecto interessante a ressaltar é o de não procurar ele enaltecer "Indivíduos" e sim à Pátria. Não se preocupa, pois, em revelar o nome de heróis (não há citação de nomes de generais vitoriosos porque eles não aparecem como representantes de Roma). O que lhe interessa é a política, a vida militar e a exaltação patriótica.

Catão foi o primeiro autor a usar o latim para fazer História (21). Sua obra, está mesmo acima da dos analistas anteriores e delas se afasta por ter ele concebido a História de Roma como História da Itália, quando narra a origem das demais cidades da Itália e por procurar demonstrar que os indivíduos agem inconscientemente como emanação do Estado, daí se abster do elogio pessoal encontrado em Ênio (22).

Ettore Pais compara a obra de Catão com a de Tito Lívio, mostrando-nos como o primeiro alargou o sentido da História e o segundo foi apenas um homem de gabinete. Chama atenção para a possível influência exercida por Políbio na Literatura de seu tempo baseado em Tito Lívio e Cícero (23).

*

2.4. — *A Analítica da primeira metade do II Século.*

As obras escritas na primeira metade do II século a.C. foram ainda muito breves e esquemáticas.

Mas na época dos Gracos (II século a.C.), observamos que a Historiografia procurava contradizer com digressões, discursos, etc., a Historiografia Grega. Esta ampliação da Matéria histórica continuou ainda no período de Sula (24).

Lúcio Cássio Emina e Calpúrcio Pisone Frugi e Celio Antipater são os primeiros exemplos disto. De suas obras, só temos fragmentos (25).

Lúcio Calpúrcio Pisone Frugi — Apresenta em sua obra, que abrange o período que vai da realeza até o ano de 146, uma marcada inquietude moralizante se aceitarmos a opinião de Cassani (26). Foi

(21). — Besselaar, p. 13. Vide citação 21: "A única obra completa de Catão existente e *De Agricultura, De Re Rustica*" onde podemos analisar a História Econômica do II século a.C."

(22). — Leoni (G. D.), *op. cit.*, p. 36 e seguintes.

(23). — Pais (Ettore), *op. cit.*, p. 11.

(24). — *Ibidem*.

(25). — Passerini, *op. cit.*, p. 198.

(26). — *Ibidem* p. 12-13. (Cassani p. 69).

homem público, ocupando diversos cargos importantes: Tribuno em 149, Consul em 133 e Censor e 120. É muito criticado pela ingenuidade, seus exageros da apresentação de cifras e sua falta de precisão na apresentação de dados cronológicos (27).

Outro autor do II século que escreveu uma volumosa *História Romana*, em 97 livros, foi *Cnéos Gélio*. A enorme extensão do trabalho nos faz crer que também recorreu a ampliação voluntária (28).

Na Analística que se segue, da época de Sela, notamos que a História é mais arbitrariamente ampliada,

"seja para embelezar a História Romana, alterando os dados genuínos em sua honra, seja para fazer uma História Pragmática sob o exemplo grego, na qual tudo era explicado através de discursos, descrições, etc..., seja ainda para projetar no longínquo passado as lutas entre patrícios e plebeus em antecipação das lutas contemporâneas entre a Nobreza e o Povo" (29).

Assim como representante desta época, final do II e I século a. C. onde os Históriadores Romanos acabaram por introduzir o absurdo e o maravilhoso nas narrações (não somente ao tratar da origem, mas até no Período Contemporâneo deles), citamos: A. Cláudio Quadrigário, Valério Antias, Q. Élio Tuberone e C. Licínio Macro que, segundo vários autores lidos, constitui uma exceção (30).

Com o desenvolvimento da erudição, a matéria analística sofre transformações motivadas pelas buscas arqueológicas e gramaticais. O Estudo da antiguidade recebe um impulso com Ennius e com a influência Grega de Pollemon, Panoetios, Paseidonios, etc.

No fim do século, com Aelio Stilo, dá-se uma importância grande ao estudo dos monumentos literários. No I século Varrão é considerado o mais sábio dos Romanos. Examinou problemas de História e Arqueologia. Foram seus contemporâneos: Valério Antias, Licínio Macro, Cornélio Nepos e Pompeio Ático.

*

(27). — Vide Cassani, *op. cit.*, p. 64.

(28). — Cassani (J.), *op. cit.*, p. 64.

(29). — Tito Lívio não se enganou ao consultar estes analistas. Inventaram grandes vitórias romanas. Todas as vezes que precisavam narrar uma derrota, ampliavam o número de perdas do adversário, falsificando dados documentários.

(30). — Vide Passerini, *op. cit.*, p. 198; Cassani, *op. cit.*, p. 64; Etторе Pais, *op. cit.*, p. 4.

2.5. — *Analístico do I século a.C.*

Quinto Cláudio Quadrigário - Cassini diz que Quadrigário baseou-se em C. Acílio para escrever sua *História de Roma* que ia da tomada de Roma pelos gauleses até o ano de 60 ou 82 a.C. (31).

Valério Antias - Sua obra, em 75 livros, tratava da História de Roma dos primórdios a época de Sila (78 a.C.). É um dos analistas mais criticados pelos historiadores antigos e modernos. Tito Lívio mostrou-nos que foi um dos que mais pecaram por ter exagerado as façanhas romanas (32). A Historiografia Moderna o censura por ter querido enaltecer a família Valéria a qual pertencia, recorrendo a falsificação.

Cáio Licínio Macro - É um dos analistas mais dignos de fé do período pela abundância de documentos e seu valor literário. A ele recorreram Tito Lívio e Dionísio de Halicarnasso (33). Não imitou servilmente os gregos (34). Defensor da Democracia, projetou no passado as lutas sociais da Época dos Gracos, por uma inconsciente falsificação da História Política e Constitucional. Sua obra revela um caráter político (35). Mommsen acusa-o de falsificador, enquanto Schanz, citado por Ettore Pais, defende-o, alegando que é preciso considerar estas falsificações como produto involuntário e inconsciente do seu estado de espírito junto do partido político que defendia a causa (36).

Houve neste período um fenômeno universal de amplificação e reconstrução psicológica. É evidenciado pelo fato de

"não tendo havido descoberta de novos documentos de Pictor e Licínio ter a matéria analítica se desenvolvido em imensas proporções" (37).

2.6. - *Biografias.*

Dentro da Historiografia, um grupo de autores dedicou-se ao gênero biográfico; foram eles:

(31). — Cassani, *op. cit.*, p. 65 e Besselaar, p. 14.

(32). — Tito Lívio, *Ab Urbe Condita*, XXVI, 49, 3 "Adeo Nullis Mentiendi Modus Est".

(33). — Cassani, *op. cit.*, p. 65; Ettore Pais, *op. cit.*, p. 13.

(34). — Cícero, *Deleg.*, I, 2, 7.

(35). — Salústio, *Hist.*, 48.

(36). — Vide Mommsen, *Histoire Romaine*, p. 14 e Ettore Pais, *op. cit.*, p. 13.

(37). — Pais (Ettore), *op. cit.*, p. 14.

Lúcio Célio Antipater — Sua obra escrita em 120 a.C. em sete livros, *Bellum Punicum*, foge à linha das anteriores porque é mais uma monografia. É importante para a maioria dos historiadores, por ter utilizado fontes romanas e cartaginesas. Foi elogiado por Cícero que apreciou seu estilo. Os autores modernos como E. Pais, julgam que esta longe da sobriedade e exatidão de Políbio. Besselaar, o considera estilista medíocre apesar de ter sido considerado o Historiador mais fidedigno, na época.

Marco Terêncio Varrão — (116-27) O maior erudito da Roma, e preciosa fonte de informação. Das 74 obras que escreveu, quase todas perdidas, interessa-nos particularmente *Antiquitates Rerum Humanorum Et Divinarum*, em 41 livros (38). Obra filosófica desenvolvida em muitos tratados entre os quais está o acima mencionado *De Antiquitate Litterarum* que contem, as *Antiquitates Rerum Humanorum e Divinarum*, etc... (39).

Cáio Júlio Cesar — (100-44) Escreveu os *Commentarii de Bello Gallico* e *De Bello Civili*. No primeiro narra suas conquistas na Gália (58-52), na segunda, obra tendenciosa, as guerras civis de Roma.

A Guerra da Gália constitui uma importante fonte de informação para a época, O professor Leoni assinala as qualidades de Cesar como literato e afirma que não desejou fazer obra histórica, por isso, denominou-as *Comentários*. Sua narração é em forma de crônica (40).

Cornélio Nepos — (94-24?) Nasceu ao norte da Italia. Poeta e Historiador. Escreveu *De Vires Illustribus*, dela somente 23 biografias chegaram ate nos. Seus biografados são chefes gregos e romanos de diversas nacionalidades (De Milcíades aos Barcas). são controversas as opiniões modernas sobre sua obra.

Suas biografias são para Besselaar boletins de pouco valor Histórico (41). O professor Leoni, o considera honesto e de estilo elegante e claro (42).

Cáio Salústio Crispo — (87-35). Foi político, Senador e Pró-Consul na Numídia; admirador de Cícero e partidário de Cesar. Escreveu *História*, obra quase completamente perdida e duas monografias sobre *De Conjuratione Catilinae* e de *Bello Jugurthino*. Segue Tu-

(38). — Leoni (G.), *op. cit.*, p. 47.

(39). — Pais (Ettore), *op. cit.*, p. 4-5.

(40). — Leoni (G.), *op. cit.*, p. 68.

(41). — Besselaar, *op. cit.*, p. 15.

(42). — Leoni (G. D.), *op. cit.*, p. 68.

cíddes e preocupa-se em mostrar a decadência do Regime Aristocrático (43). Sua obra é notável (44).

A História é concebida por Salústio como narração dos fatos dramáticos e como estudo psicológico dos personagens, considerados como verdadeiros artífices da História. A narração dos fatos não é sempre cronológica, porque depende da emoção autêntica do escritor que não pode ficar estranho às paixões determinadas pelos episódios e idéias dos protagonistas.

"Não podemos pedir a Salústio a veracidade. A ele já devemos o conhecimento daquelas paixões que determinaram episódios ou a visão íntima da alma dos personagens dos quais o escritor deixou um perfil inesquecível" (45).

"Para Salústio a história era matéria viva que devia ser tratada com a perspicácia de homem político" (46).

Entre os analistas do fim da República podemos citar ainda:

L. C. Sisena, que escreveu *Historiae* em 12 livros narando as Origens de Roma e especificamente a época de Sila do qual era admirador; *C. A. Pollio* cuja obra é relativa ao período que vai de 60 a. C. a 42 a. C. (Fillipos) e foi escrita em 14 a. C. (47).

*

3. — CARACTERÍSTICAS DA HISTORIOGRAFIA ANTERIOR À ÉPOCA DE AUGUSTO.

Examinados os primeiros historiadores romanos e suas obras, passamos a assinalar as características comuns encontradas, o que nos permitira compreender a herança deixada por eles a historiografia da época de Augusto:

1º). — As obras analísticas repetem o esquema da antiga crônica. Nelas, a narração se repete, ano por ano, começando sempre com o elenco dos magistrados, para passar *aos acontecimentos internos* (atividades das assembleias, prodígios verificados cada ano, cerimônias expiatórias, construção de templos, ritos e cerimônias, etc.) e *externos*,

(43). — Besselaar, *op. cit.*, p. 14; para maiores esclarecimentos sobre Salústio vide Viana (Eremildo), *A Guerra de Roma Contra Jugurta* (15-20).

(44). — Leoni (G.), *op. cit.*, p. 70.

(45). — *Ibidem*, p. 71.

(46). — *Ibidem*, p. 70 e 71.

(47). — *Ibidem*, p. 66 foi utilizado por Tito Lívio.

isto é, a guerra. Todos acontecimentos ligados a Roma (48).

2º). — As obras analísticas com exceções, como a de Catão mencionada anteriormente, tratavam apenas de fatos ligados a Roma, ignorando a História dos povos vizinhos que viviam em contacto com ela. Quando se referiam a eles era em função da *Urbs* (49).

3º). — O período abrangido por estas *Histórias de Roma* vai em geral das origens do povo Romano ao tempo do autor (50).

4º). — Os analistas não foram contemporâneos, portanto, aos primórdios da História Romana do qual traçaram "o grande quadro", sendo pois em relação a estes períodos fontes secundárias (51).

5º). — Basearam-se em elementos extra-romanos (literatura grega e etrusca) e elementos romanos, (documentos públicos e privados, religiosos e políticos). Dos primeiros possuímos fragmentos e é necessário considerar que so acidentalmente tratavam de Roma. Os segundos vem sendo postos em duvida pela crítica moderna (duvida-se do valor Histórico destes documentos públicos e privados anteriores ao VI século a. C.) (52).

A obra analística precisa ser estudada com cuidado no que se refere as suas fontes de consulta.

6º). — Apesar disto, os analistas fizeram História contemporânea. Embora tenham se referido, como mencionamos, aos primórdios da História romana; escreveram também sobre sua época. Essencialmente praticos, utilitaristas e calculistas, suas obras refletem as lutas políticas contemporâneas (53).

7º) — Quanto ao assunto tratado e a forma de faze-lo, deverão ser grandes também as preocupações do Historiador, porque são obras apologéticas e utilitaristas onde é constante a preocupação interessada de moral e evidente orgulho do passado romano (54).

A eles não preocupava a busca da verdade. Ela não era sua "razão fundamental, nem sua diretriz profunda" (55). Caracterizava-as o patriotismo e o utilitarismo. A reconstrução analítica foi feita

(48). — Passerini (A.), *op. cit.*, p. 196.

(49). — *Ibidem* p. 196.

(50). — *Ibidem, op. cit.*, p. 148 e Cassani, *op. cit.*, p. 48.

(51). — Fontes secundárias porque não foram contemporâneas aos acontecimentos que narram.

(52). — Vide E. Pais, *Storia Critica di Roma*, p. 126-158.

(53). — Cf. Rostagni, *op. cit.*, p. 81.

(54). — Homo (L.), *op. cit.*, p. 148 e Cassani, *op. cit.*, p. 58.

(55). — Notas de aulas da Universidade de Roma.

sob inspiração ardente do patriotismo e por fins interessados de política nacional. Quanto ao caráter utilitário e representado nesta historiografia por dois elementos principais. História como Escola de Cívismo, onde o romano fazia sua aprendizagem de cidadão, e História como Arma a serviço dos indivíduos. Dai as numerosas autobiografias, do II e I séculos a. C. (56) .

8º). — Finalmente quanto à forma, a obra analística apresentava-se como (*Opus Oratorium*), "Obra Oratória" (57).

* *

*

II. — A HISTORIOGRAFIA ROMANA DO PRINCIPADO.

"A historiografia do principado sera sem dúvida o resultado de um grande trabalho artificial, síntese coletiva em que os grandes corpos do Estado, três séculos de lutas políticas e gerações de analistas, deixaram sua marca" (58) .

A primeira herança deixada a esta historiografia analística, por nos analisada em linhas anteriores, faz com que

"no fim da República a tradição adquirisse um valor de dogma oficial e credo nacional, quem não acreditava nela aos olhos da opinião pública, atentava contra a majestade do Estado e quase cometia um crime de lesa-majestade" (59).

Pode haver exagero na afirmativa de Leon Homo, mas se considerarmos a índole do povo romano, para quem a tradição era sagrada, sentiremos a importância desta historiografia para obras históricas da época de Augusto. Podemos mesmo chegar a compreender as suas principais contribuições ao período que desejamos analisar: a época de Augusto.

*

1. — ROMA NA ÉPOCA DE AUGUSTO.

Analisada a historiografia latina da República e suas possíveis contribuições, passaremos ao estudo do meio em que viveram e produziram suas obras os historiadores do Principado.

(56). — Homo (L.), *op. cit.*, p. 148-150.

(57). — *Ibidem*.

(58). — *Ibidem*.

(59). — *Ibidem*.

*

1.1. — *O Fim das Guerras Civis e a Paz Romana.*

O século I a. C., período final da República Romana, ficou marcado por intensas "Guerras Civis", que trouxeram para Roma um clima de grande instabilidade política, social e econômica. Elas teriam seu reflexo na vida e no pensamento do povo romano.

O destino da cidade dependia dos partidos políticos e de seus líderes, que a conduziam de acordo com os seus interesses pessoais.

Esta situação de insegurança e constantes agitações duraria até a morte de Cesar, em 44 a. C., quando o chamado partido pompeano, do qual faziam parte figuras como: Cícero e M. J. Brutus, tentou restabelecer a ordem em proveito da Oligarquia Republicana. Sua intenção foi barrada pelo partido popular que renasceu e renovou sua luta contra o Senado.

A plebe e os veteranos haviam se conservado fieis a Cesar e novas guerras viriam para Roma como as anteriores ao estabelecimento da Ditadura (60).

Os conflitos se sucederam entre pompeanos e populares, e entre os magistrados pelo governo das províncias.

Marco Antônio que se fizera chefe do partido popular quer ser o substituto de Cesar, o continuador de sua obra. Segundo Piganiol

"continua a fazer falar o morto" (61).

É neste momento que ascende à cena política o jovem Otávio (62). O conflito entre ele e Marco Antônio era inevitável. Inicialmente tentaram a via diplomática, as negociações, mas acabaram empenhados em uma luta que só acabaria, depois de algumas batalhas, com a vitória de Otávio em Ácio em 31 a. C. (63).

(60). — Vide André Piganiol, *Histoire Romaine*, p. 195.

(61). — Piganiol (A), *op. cit.*, p. 195.

(62). — Otávio, sobrinho neto de Cesar veio da Apolônia para receber o nome e a herança que lhe fora legada pelo ditador. Sobre sua obra política — vide Albertini, *L'Empire Romain*, Coleção "Peuples et Civilisations", p. 15 — 57; L. Homo, *Le Haute Empire e L'Empire Romain*, Payot, 1925, p. 1-70.

(63). — Consultar o Testamento de Augusto (*Res Gestae Divi Augusti*) comentado pelo Prof. Leoni p. 1 (I. L.); Piganiol, *op. cit.*, p. 197 e J. Gagé, *De Cesar a Augusto*, quando trata do problema das origens do principado, "Revue Historique", p. 153.

Após *Atium*, iniciou-se para Roma um período de paz que não deixa de ter sido o resultado de sua atuação no campo político (64). É esta paz, a chamada *Pax Augustale* que irá permitir a realização de sua obra considerada por uns como restauradora e de reconstrução do Antigo Estado Romano e por outros como um regime novo e revolucionário (65).

Não esboçaremos agora nossas considerações sobre o assunto, pois o retomaremos adiante, apenas julgamos necessário lembrar que era vontade quase unânime da população do Império Romano (Itália e Províncias), que as guerras civis terminassem.

"Todas as classes desta população de cidadãos romanos coincidiam no desejo de ver terminada a guerra civil e restabelecida a paz... Queriam a paz, mas a paz para o Estado Romano" (66).

Os primeiros passos de Augusto foram de fato no sentido de restaurar o Estado conforme desejo dos cidadãos e não no de reformar ou criar uma monarquia do tipo oriental.

A simples restauração não garantia somente o restabelecimento do Império, era preciso anexar ao mecanismo do Estado, os novos elementos que eram suas forças motoras capitais: o exército permanente e seu chefe o *Imperator Caesar Divi Filius Augustus* (67).

Elementos republicanos e revolucionários teriam também de ser conjugados, e, esta foi sua principal tarefa.

O exército de Augusto que garantia o Estado, não foi um exército de proletários e sim um exército bem pago onde o alistamento supunha no término do serviço, a cidadania romana (que era um alto privilégio). Não temos de sua parte notícia de reivindicações políticas e financeiras. O exército permaneceu tranquilo em todo seu período de governo. Lembramos que dele faziam parte elementos de todo o Império e de todas as classes sociais. Ele refletia o sentimento de toda a população do Império (68).

(641. — Vide G. Bloch, no capítulo do *L'Empire Romain*, (1-8). Flamarion, 1922, que nos chama atenção para a política de Otávio salientando a prudência com que agiu. "Não se esquecera das lições dos Idos de Março e via que não podia restabelecer a monarquia".

(65). — Rostovtzeff (M.), *História Social y Economica del Imperio Romano*. (Tradução de Luiz Lopes Ballesteros) — T.I. Espasa — Calpe, S.A. Madrid, 1937, p. 94, 95 e 142 — O leitor encontrará amplas explicações e bibliografia sobre o estado das controvérsias sobre o regime criado por Augusto.

(66). — Rostovtzeff (M.), *op. cit.*, p. 95.

(67). — *Ibidem*, *op. cit.*, p. 99.

(68). — *Ibidem*, *op. cit.*, p. 103.

Não só pelo exército (este homem que trouxera a paz e a prosperidade e que era o chefe e Imperador) deveria ser obedecido, mas por todo o bom cidadão.

Sentimos pela Literatura da época que havia uma verdadeira veneração pelo jovem político; viam-no como um ser superior, como o salvador, como o restaurador, como aquele que trouxera a "Paz" (69).

Muitos fatores podem explicar o término das guerras civis, mas é inegável que a inteligência e a atuação de Augusto entraram fortemente neste jogo. O que nos importa esclarecer, no entanto, é que a massa da população do Império unia a idéia de paz e a sua prosperidade à pessoa de Augusto.

Concordamos com Rostovtzeff quando diz que mesmo que tenha havido uma "oficina de propaganda", representada principalmente pelos poetas do Principado, é preciso reconhecer que tal propaganda só teve amplo êxito porque ia ao encontro do pensamento e à imagem que a população fazia de Augusto (70).

Feitas estas considerações preliminares sobre a "Paz Romana", passemos à análise da situação política e social do Império com seus reflexos na literatura e na historiografia da época.



1.2. — *O Novo Regime.*

Com Augusto surgiu, e isto é para nós fora de dúvida, um Novo Regime, o Principado (71). Augusto porem não o implantou de imediato. Sabia que a tradição nacional e Republicana se confundiam. Fez-se primeiro campeão desta tradição. Após a luta contra Marco Antônio, iniciou uma política de prudência, alegando publicamente que seu objetivo era a "Restauração da República" (72). Afirmava que seu governo não era a monarquia (73). Depois da comédia de

(69). — Vide Virgílio, *Les Bucoliques, Les Géorgiques*. (Flamarion) e Horatius, F. Q., *Odes et Epodes*, Les Belles Lettres, 1927.

(70). — Rostovtzeff (M.), *op. cit.*, p. 103.

(71). — Segundo Albertini, o Principado era um regime onde havia um equilíbrio entre o poder (do Senado) e o poder Militar, (p. 14 a 28). Consideramos a expressão "Principado" a mais adequada para designar este regime.

(72). — Bloch (G.), *L'Empire Romaine* p. 12.

(73). — Segundo Albertini, *L'Empire Romaine*, p. 4, a fonte capital para o estudo do governo de Augusto é o texto do *Res Gestae Divi Augusti*, o seu testamento, onde afirma "não aceitei magistratura alguma que estivesse em contraste com as instituições dos meus antepassados... Não aceitei também embora me fosse oferecido o Consulado Anual e Vitalício". (Vide tradução de Leoni, p. 1, parágrafo 5-6). *O Res Gestae Divi Augusti* ou *Monumentum*

27 a. C. aparece ainda como alguém que só ambicionava a paz e a tranquilidade, a pacificação geral (74) .

Seria esta a realidade?

Augusto não pensava numa monarquia do tipo oriental. Esta romperia com a tradição e não se adequava a seus planos de restaurador e continuador do passado romano (75).

Desejava, antes de mais nada,

"aprofundar as raízes do "Novo Regime" neste passado" (76).

Para isto, criou-se uma "versão oficial" emanada do Imperador e da Literatura da época que a República fora restabelecida (77). Teria sido na verdade? O Regime Político inaugurado em Roma com Augusto seria uma Monarquia? Despotismo implantado? Uma Diarquia? Ou a República fora restabelecida?

Se passarmos em revista a opinião de alguns dos mais significativos historiadores, antigos e modernos, que escreveram sobre o assunto, veremos que o campo é de controvérsias. Não pretendemos nos filiar a nenhuma destas teorias, mas tão somente enumera-las e dar como Rostovtzeff a nossa explicação pessoal sobre o problema (78).

Assim vejamos como falam os antigos:

TITO LÍVIO — "... o poder de Augusto vinha de sua potência tribunicia" (79).

TÁCITO — "... era o título de Tribuno que o colocava em grau supremo sem que tomasse o de rei ou o de ditador, ele queria um, pelo qual dominasse todos os outros" (80).

Ancyranum, foi fixado diante do seu mausoleu e nele o Príncipe narra as transformações do seu governo. Conhecemos várias cópias do documento encontradas em cidades como Ancyra, Apolônia e Antióquia, etc. Grandes historiadores como Mommsen e Gagé, fizeram edições críticas e comentadas da matéria contida no seu testamento, que não deixou de ser uma prestação de contas do seu governo.

(74). — Bloch (G.), *L'Empire Romain*, p. 12 e 13.

(75). — Tito Lívio — *Anais* — Apud G. Bloch — I Capítulo (7-15) .

(76). — Bloch, *op. dl.*, p. (7-15).

(77). — Bloch, *L'Empire Romain*, (7-15).

(78). — Rostovtzeff, *op. cit.*, p. 94, explica o assunto, atendendo sobretudo a aspecto econômico e social do problema.

(79). — Tito Lívio, citado por Gustavo Bloch — Vide cod. p. 20 (quando estuda as bases do poder de Augusto).

(80). — Vide G. Bloch, *op. cit.*, (15-38).

DION CÁSSIO — "... toda a administração do Estado estava em suas mãos. Todas essas funções têm origem na República e ele a executava de maneira como eram exercidas tradicionalmente, deste modo assumido-as ele não parecia ostentar nenhum poder que não lhe tenha sido concedido" (81).

Os historiadores romanos, como vimos, limitam-se a falar de onde vinha o Poder de Augusto, de um elemento Republicano (da potência tribunicia) sem contudo definir seu tipo de governo.

É interessante observar, que apesar de alguns historiadores modernos afirmarem que os contemporâneos de Augusto acreditavam na Restauração da República, está visível neles que sentiam estar a administração do Estado, nas mãos de Augusto (82).

Não sabiam definir este governo? Ou compactuavam com o Imperador na elaboração da versão oficial de restaurador? Quando analisarmos a historiografia da época de Augusto tentaremos responder estas perguntas.

A opinião da historiografia moderna sobre o regime é bem controvertida:

FERRERO — Augusto foi "um paciente e desinteressado reformador que restaurou a República Romana" (83).

HOMO — "... o seu poder era de caráter republicano em Roma e, de caráter monárquico nas províncias (84)".

MOMMSEN — fala-nos de uma Diarquia, de uma equivalência de poderes (85).

PAUL PETIT — O Regime se estabiliza em 27 a.C. Houve uma partilha com o Senado em 27 a.C. que "fundou oficialmente o Principado" (86).

(81). — Dion Cássio — L. III, 17.
(82). — Vide Bloch (G.), *L'Empire Romain* (Cap. I p. 7 a 38): Os escritores do tempo de Augusto aceitavam-no como Restaurador da República.
(83). — Ferrero (G.), *História Romana* (Grandeza e Decadência) — Restaurador da República — p. 254 (vol. IV).
(84). — Homo (L.), *O Império Romano*, p. 71 e *Instituição Política Romana* p. 263.
(85). — Mommsen (T.), *Diarquia* era o governo em que os dois poderes se equivaliam: o do Príncipe e o do Senado.
(86). — Petit (Paul), *Pax Romana*. P. U. F. Paris 1967, p. 125-126.

DURUY — "... estamos aqui em plena Monarquia e não se pode acusa" Augusto de usurpação, porque tudo se fez legalmente sem grandes inovações" mais adiante: "... ele não é nem rei nem ditador, mas sim, Príncipe do Senado, Inspetor do Exército, Tribuno no Forum, Pró-Consul nas Províncias..." (87).

ALBERTINI — Não existe uma equivalência de poderes, ela é aparente. A decisão pertencia em última instância ao Imperador, "que muito mais tarde absorveu tudo que havia sido deixado de atribuições ao Senado". Ainda... "Monarquia é a concentração de poderes nas mãos de um indivíduo. O estabelecimento da Monarquia é o fato dominante, a grande novidade que permite colocar nesta data o grande corte da História de Roma e do mundo" (88).

SALMON — "... ele se dizia o primeiro cidadão de uma comunidade livre. A afirmação que faz de ter restaurado a República, deve ser olhada como uma força de propaganda" (89).

PIGANIOL — "... Magistrado em vida, rei precário, assim foi Augusto" (90).

BLOCH — É incisivo quando analisa a política de Augusto. "A sua Monarquia foi tradicionalista no seu princípio, nos seus atos, dentro e fora" (91).

Não há dúvida sobre isto, para o autor. Quanto a idéia que a República foi restabelecida em 27 a.C. Diz tratar-se de uma versão oficial imaginada por Otávio e aceita pelos escritores de seu tempo. Considera o ato de 27 a. C., comédia de quem

"exerceu seus poderes sobre a cobertura dos antigos magistrados, mas só deixou dele a etiqueta, no fundo seus poderes foram prodigiosamente ampliados e completamente desnaturados".

ROBSON e GRIMAL — "... de um estado transitório entre a República e a Monarquia" (92).

ROSTOVITZEFF — "... a obra de Augusto foi po tanto não uma renovação do que existia antes das guerras civis e sim uma consolidação e um ajuste dela (República) por ele criada" (93).

(87). — Duruy (Victor), *Histoire des Romains* — Vol. II p. 713 e p. 117.

(88). — Albertini (E.), *L'Empire Romain*, p. 16.

(89). — Salmon, *A History of the Roman World* p. 10.

(90). — Piganol (A.), *Histoire Romaine*, p. 220.

(91). — Bloch (G.), *L'Empire*. Cap. I, p. (1-8).

(92). — Robson e Grimal — Notas de aulas de E. Vianna.

(93). — Rostovtzeff, *História Social y Economica del Imperio Romano* (1937) p. 100.

* * *
*
Conclusão.

Evidência-se pelas opiniões emitidas, que as contradições são inúmeras entre os historiadores modernos, quanto à natureza do governo de Augusto. A Historiografia Moderna, segundo Rostovtzeff, está em geral, inclinada a simplificar o problema, querendo enquadrar o tipo de Constituição criado, por Augusto, em uma única fórmula (94). Para Ferrero e Leon Homo, por exemplo, continuava o regime republicano; para Mommsen e Paul Petit, houve partilha do poder entre o Senado e o Império, daí o novo governo ser uma Diarquia; para Duruy, Albertini, Salmon, Piganiol e Bloch está claro que o novo regime era uma Monarquia. Todos eles aderem a uma solução muito simplista.

Outros historiadores, como Robson, Grimal e Rostovtzeff, falam de um estado transitório entre a República e o Império (95). O que nos interessa deixar claro, é que nossos historiadores escreveram suas obras sob a influência dos acontecimentos políticos que deram origem ao Principado.

1.3. — *A Sociedade no Principado.*

1.3.1. — *Manutenção da Hierarquia Social.*

Disciplinada e conservadora por natureza, a sociedade romana estava dividida entre as diferentes classes de cidadãos.

Apresentava uma hierarquia rigorosa: classe senatorial, classe equestre e plebe (96).

Augusto não irá eliminá-la, pelo contrário, faz com que a antiga divisão em classes permaneça e torne-se mais rígida. Reforça a hierarquia social, cristalizando cada uma das classes sociais (cada uma com seus privilégios políticos e sociais). Estas classes rigidamente hierarquizadas, tinham fronteiras delimitadas. Elas só são hereditárias na prática e não no princípio.

A ascensão dentro delas estava na dependência direta do Imperador, que de todas as formas procura afastar-lhes as causas da decadência e assegurar-lhes a prosperidade. No ápice da Classe Aris-

(94). — Rostovtzeff, *História de Roma*, p. 165.

(95). — Principado — Vide Duruy, *op. cit.*, p. 117 (vol. III) "Ele não é rei nem ditador, mas somente "Príncipe do Senado, Inspetor do Exército, Tribuno no Forum, Pro-Consul nas Províncias".

(96). — Homo (Leon), *Histoire Romaine*, p. 146.

toocrática, está o Imperador, que representava o primeiro cidadão romano.

Ele organiza as classes sociais em função das necessidades do Estado e do serviço que lhe prestam (97).

Ordem Senatorial. — Com Augusto a "Ordem Senatorial" continuou a exercer o Conselho da Magistratura do Estado Romano e em particular o do Imperador (98). Para ser admitido nela e aí se manter, o indivíduo teria de possuir um milhão de sestércios, além da aprovação do Imperador. Devemos lembrar que a sua admissão levava o cidadão ao ingresso no Senado. Augusto precisava de seus membros e para conseguir seu devotamento, iria conservar-lhes a plena posse dos privilégios sociais (98).

Aos seus componentes dava todos os altos cargos administrativos e magistraturas, embora os colocasse sempre sob a vigilância de seus "Procuradores".

Em casos de reveses de fortuna auxiliava-os, garantindo-lhes posição social.

Toda a tentativa de incursão nesta classe era vedada por Augusto, proibindo-lhes o casamento com os membros de outras classes.

Ordem Equestre. — Para fazer parte desta, o cidadão teria de possuir 400 mil sestércios. Seus membros recebiam direitos definidos na vida pública como membros do tribunal do juri, oficiais do exército, agentes financeiros e governadores de Província. Possuíam também alguns cargos de administração urbana (estavam entre equestres e senadores). Augusto impõe a todos os candidatos à Ordem, serviços militares prévios como oficiais dos corpos auxiliares do exército. Não deixou porem em suas mãos o controle absoluto das transações relacionadas com a coleta de impostos que passou a ser feita por "Procuradores do Império".

A grande novidade em relação a esta ordem é que por seu intermédio poder-se-ia ascender à ordem senatorial, como também à prefeitura do pretório (acima da prefeitura do Egito e da *Anona*). Havia uma "carreira equestre" que dependia dos favores imperiais. Augusto podia conferir ou retirar o cargo a qualquer pessoa.

O importante é deixar bem claro que esta classe apoiava totalmente a política de Augusto.

(97). — Eram consideradas "altas classes sociais" a Ordem Senatorial e Equestre, denominadas *Honestiores*.

(98). — Sobre a Ordem Senatorial vide Eremildo Vianna, *A Guerra de Roma Contra Jugurta* (p. 41-52).

A plebe.

A plebe urbana — não é mais a antiga plebe romana. É formada pelo proletariado ocioso que vive de espórtulas, da distribuição de trigo e jogos.

Ela recebia da parte do governo, que queria impedir rebeliões, trigo e dinheiro. Eram cerca de 200 mil vivendo às custas do Estado e que materialmente eram mantidos pelas classes sociais mais altas.

Pertencia à plebe urbana um grupo médio e laborioso de pequenos lojistas e artesões. Dedicavam-se a profissões liberais que não lhes proporcionavam riquezas. Ao lado desta formou-se uma *plebe rural* constituída de camponeses livres vivendo nos grandes domínios. Augusto pouco se interessou por eles. Existia uma *classe média* formada por libertos que ocupavam posições subalternas e até superiores. Forneciam os augustais do culto do gênio de Augusto nas cidades. Muitas vezes dedicavam-se à indústria e ao comércio. Juntamente com os homens das províncias, faziam parte dos regimentos de serviço de incêndio da cidade, que juntamente com os libertos formavam a polícia de Roma. A burguesia municipal, os decurhões, possuidores de terras preenchiam os cargos municipais (99).

Os que não estavam incluídos nestas classes teriam que se manter com o seu próprio trabalho. Eram os peregrinos e escravos.

Os peregrinos eram os habitantes das províncias.

Os *escravos* não pertenciam a nenhuma classe. Eram considerados coisas e não pessoas, mas forneciam toda a energia que ativava a produção romana. A agricultura era baseada exclusivamente no seu trabalho, sem o qual a produção agrícola seria impossível. Eram indispensáveis à indústria.

Apesar de seu número não ser suficiente para a exploração de todos os domínios imperiais, o luxo doméstico se evidenciou em uma escravatura além dos limites. O tráfico de escravos tomou assim neste período grandes proporções.

A presença de tão grande número de escravos em Roma, como em toda parte do Império, provenientes de todos os países, iria exercer grande influência sobre os costumes e a moral dos cidadãos ricos, porque com o jogo dos alforrias Roma criou uma população cosmo-

(99). — Nidertst (R.), *Roma*, Curso da Sorbonne, p. 161.

polita. Essa fusão étnica foi acompanhada de uma fusão cultural. Saía-se da escravidão pela manumissão, ato simbólico que exigia a presença do Estado. Os escravos eram mantidos na mais rigorosa disciplina (100).

*

1.3.2. — *A Defesa do Patrimônio Cívico.*

Augusto procurou, segundo Homo, proteger o corpo cívico romano, esta aristocracia senhora do mundo contra a invasão de elementos estrangeiros (101). Esta intrusão podia tomar duas formas, a dos peregrinos pela concessão do direito de cidade e a dos escravos pela libertação como explicamos acima. A política de Augusto foi conservadora a este respeito e visou a ambos. Mostrou-se muito parcimonioso na concessão do direito de cidade, quer individual, quer coletivo, e restringiu as alforrias.

Por leis restritivas procurou impedir as libertações fazendo nascer assim uma categoria vil de alforriados, cuja condição foi assimilada àquela dos *dedices* pela *Lex Junia Narbona* (16 d. C.) (102).

Esta legislação foi pouco aplicada. O Imperador resistia mal às solicitações dos amigos e libertos. Apesar disso esta legislação fez com que se paralisasse uma evolução desenfreada da cidadania.

*

1.3.3. — *Desenvolvimento da Romanização.*

Inversamente desenvolveu a romanização. O sistema imperial, com a sua conseqüente "Paz Romana", já constituía por si próprio um meio favorável aos progressos da romanização. Atrás da administração e do exército permanente, criações importantes do Novo Regime e também das colônias estabelecidas pelo Príncipe na Itália e nas Províncias, realizou uma importante obra de romanização (103).

(100). — *Lex Silaniensis* (10 a. C.). Estabelecia que se um escravo matasse seu senhor todos os outros escravos deveriam ser mortos.

(101). — Homo (Leon), *Le Haut Empire*, p. 145.

(102). — Pela *Lex Fulvia* e *Caninia* de 2 a. C., somente o neto de liberto por ser um cidadão tinha todos os privilégios concedidos pelo direito de cidadania. Pela *Lex Aelia Sentia* (4 a. C.) os escravos libertos sem forma solene não seriam considerados cidadãos. (A 1ª lei limitava o número dos escravos).

Outras restrições existiam: interdição aos menores de 18 anos de efetuarem libertações; dar-se liberdade a mais da quinta parte dos escravos possuídos, ou em qualquer hipótese a mais de cem escravos.

(103). — Homo (Leon), *op. cit.*, pp. 145 e segs.

A sociedade não sofreu grandes transformações nesta época, nem foi pior que antes a sorte dos membros das Classes Altas.

Foi nesta sociedade que viveram os historiadores da Época de Augusto e escreveram suas obras.

*

1.3.4. — *A Reforma Moral.*

Augusto realizou uma reforma moral baseada na volta à tradição etrusca, em que a Família era a célula moral da sociedade e o "Pai" tinha grande importância sobre os seus membros. Era preciso reorganizar a vida familiar e Augusto tentou fazê-lo. Procurou assegurar a estabilidade das ordens senatorial e equestre ameaçadas pelos progressos do despovoamento, provocado pelo celibato e pelos lares sem filhos (104). Lutou contra o despovoamento todo tempo. Para isto, empregou todos os meios de propaganda escrita — poesia, (versos de Horácio); homenagens prestadas aos pais de família; sermões públicos aos recalcitrantes; *Senatus Consultus* e Leis.

Deste longo esforço saiu toda uma legislação social completa e coerente, as Leis Júlias (18 a. C.), as leis sobre as Despesas Suntuárias, as leis sobre o Casamento etc. (105).

Pela *Lex Julia de Pudicitia et de Coercendis Adulteris* praticamente foi restaurado o tribunal de família. Por ela o pai podia infligir a pena de morte à filha adúltera e a seu cúmplice (106).

Pela *Lex Julia Maritandis Ordinabus*, Augusto tornou obrigatório o casamento para todos os cidadãos, incentivou os casamentos fecundos, fez com que sofressem penalidades os lares sem filhos. Interditou o casamento de um senador com uma liberta. O casamento de plebeus com libertas por sua vez tornava-se legítimo. Conferiu vantagens aos senadores casados e pais de família. Impôs penalidades aos celibatários que, além de não terem o direito de participar das festas e espetáculos públicos, tinham que pagar impostos e não tinham direito de herdar.

Pela *Lex Sumptuaria* visou limitar o luxo das mulheres, da vida privada e dos banquetes. Assim, Augusto combateu a luxúria e a degradação da sociedade romana procurando dar proteção à mulher. Proibiu a inscrição de bastardos no Estado. Incentivou a lei de ado-

(104). — *Ibidem*. Vide Bloch (G.), *L'Empire Romain* (15-38).

(105). — *Ibidem*.

(106). — As mulheres que não tinham boa conduta eram julgadas em tribunal público.

ção (107). Fez com que os celibatários (homens e mulheres) pagassem altos impostos (108).

"O encorajamento do casamento, os prêmios, as uniões fecundas, as penalidades contra os celibatários e os lares sem filhos, foram meios paralelos usados por Augusto para atingir o seu fim" (109).

A legislação social do Príncipe provocou uma reação violenta e duravel. Vários, expedientes foram usados pelos atingidos para escapar desta legislação que segundo Homo não salvou a sociedade romana do Alto Império, mas pelo menos melhorou a situação demográfica do Império Romano (110).

Toda essa legislação social e moral dizia respeito somente aos cidadãos romanos, já que Augusto baseou todo o seu Império em uma volta às tradições fazendo dos romanos donos e senhores da Itália. É neste período que todo ardor patriótico iria surgir. É sob este mesmo clima que a História de Roma será organizada pelos historiadores da época desejosos como Augusto da moralização da sociedade.

*

1.3.5. — *Conclusão.*

As reformas pretendidas por esta legislação nem sempre foram *satisfatórias*. Vários fatores, começando pela própria atuação de Augusto, fariam com que a sua eficácia fosse muito relativa.

As primeiras dificuldades surgiram quando da aplicação das leis. A opinião pública lhes era hostil, pois, entre os cidadãos numerosos eram celibatários e maridos sem filhos. A vida particular de Augusto não estava isenta de faltas, como também a dos seus familiares, o que dava oportunidade aos seus opositores de combatê-lo (111). Assim, apesar de todo seu esforço as leis foram repelidas. Estabeleceram-se modificações para abrandar esta legislação. Diminuição dos impostos; aumento das recompensas; prazo de três anos para que se cumprissem as determinações das leis.

(107). — O próprio Augusto adotou algumas crianças como Lucius e Tiberius.

(108). — *Lex Papia Poppea* (9 d. C.).

(109). — Homo (L.), *op. cit.*, p. 146.

(110). — *Ibidem*, *op. cit.*, 146.

(111). — Vide comentário de Homo sobre a vida moral de Augusto, *op. cit.*, p. 146.

Nem assim se resolveu a situação. As leis não foram cumpridas e dois anos após a sua promulgação a situação era a mesma. Augusto continuou até o fim do Principado lutando por sua causa e por seu objetivo: a moralização das "classes altas".

A paz que reinou em Roma com ele produziu uma sociedade ociosa com excesso de luxo e de festas que terminou com a antiga "simplicidade romana" (112). Roma perdera sua severidade. A nova geração apresentava-se vazia e cheia de vícios, esbanjava as riquezas paternas auxiliada por libertos de costumes reprováveis. As mulheres nem de longe lembravam-se de suas virtudes antigas. Perderam sua classe, eram insaciáveis de emoções violentas e impúdicas (113). O divórcio era frequente.

Com as conquistas, a influência de outras culturas se fizeram sentir trazendo para os romanos o Cosmopolitismo.

Roma possuía assim uma sociedade plutocrática onde os *Honestiores* conseguiam tudo: ocupavam importantes cargos públicos. Tinham privilégios e residências suntuosas enquanto os *Humiliores* viviam das espórtulas públicas. A grande sacrificada era a classe média que trabalhava para seu sustento.

Concluimos, após esta análise sumária da sociedade romana pela inexistência de igualdade social. Vimos que Augusto pouco influenciou na separação das classes sociais. Esta era uma realidade desde o período anterior ao Principado. Sua atuação foi apenas a de manter esta hierarquização. Os problemas sociais existentes na época não parecem terem influido sobre nossos historiadores. Neles pouco aparecem os problemas que angustiavam sociedade da época de Augusto.

*

1.4. — *A Literatura.*

1.4.1. — *Reflexos da Paz Romana na Literatura.*

A *Pax Romana* consequente da política de Augusto irá se refletir na Literatura da época. Como analisamos anteriormente, era uma paz resultante de graves lutas,

(112). — Sobre virtudes romanas, vide H. Marrou, *História da Educação na Antiguidade*, p. 357-375.

(113). — Das matronas romanas cantadas pelos poetas por suas virtudes só existia a lembrança.

"ERA A PAZ UNIDA À FORÇA" (114).

Através dela Roma conseguiu não só a segurança interna, mas também a consolidação e o engrandecimento no exterior. Ha coincidia com o Espírito Imperialista, com a certeza de realizar por meio do Império uma missão assinalada pelo destino, missão de civilização para ser propagada e imposta aos povos. Todas estas idéias: Paz, Força, Grandeza, Potência, Missão Civil de Roma, constituirão as *principais fontes de Inspiração da Literatura na Época de Augusto* (115).

*

1.4.2. — *Período de Maturidade e Equilíbrio* (116).

Para Pichon, a Literatura atinge a sua maturidade no I século d. C. (117). É o seu período clássico, pois, os autores desta época estão mais conforme a um certo ideal de equilíbrio ou harmonia. O I século forneceu as condições necessárias para que esta Literatura se tornasse clássica. Pichon afirma que, para que tenhamos um período clássico, são necessários vários fatores. A influência estrangeira (no caso helenística), não pode sobrepujar o sentimento nacional. Em Roma, jamais o orgulho nacional foi mais justificado que sob Augusto.

"Senhora do mundo civilizado e respeitada pelos bárbaros, livre das Guerras Civis, mas guardava uma lembrança de que a fazia apreciar melhor sua tranquilidade atual. Roma tem riqueza material, grandeza moral, segurança absoluta. Ela é adorada como uma divina protetora" (118).

À medida que o sentimento nacional exalta a Literatura, ela toma também uma consciência mais nítida de seu fim.

Os escritores levavam sua profissão a sério. A vida política praticamente não existia mais. Encheu-se esta lacuna, este *otium* criado pelo poder absoluto com a literatura que passa de divertimento a ocupação nobre da elite e da sociedade (119).

As obras clássicas deste período apresentam-se marcadas por qualidades excepcionais de clareza, ordem e regularidade. Neste caso é válida a afirmação que a época de Augusto favoreceu a literatura.

(114). — Leoni (G.), *A Literatura Latina*, p. 72-102.

(115). — *Ibidem*, *op. cit.*, p. 72-73.

(116). — Dupoy, *Rome et Les Letres Latines*, p. 102-132.

(117). — Pichon (R.), (*Lit. Latine*), p. 302-309.

(118). — *Ibidem*, *op. cit.*, p. 304.

(119). — *Ibidem*, *op. cit.*, p. 309.

A sociedade agora é mais calma, melhor regulada, o que corresponderá a uma literatura mais *paisible*, mais regular, menos *bouleversée* e submetida à exata e fria razão (120).

*

1.4.3. — *Os Gêneros Literários.*

A nova organização política e o estado de espírito dela resultante, parecem consagrar a prosa principalmente a oratória a um declínio irremediável (121). A filosofia se restringiu a círculos fechados com um ideal de aperfeiçoamento individual bastante raro para a época. O mesmo parece suceder com a História, segundo alguns autores, ela se torna suspeita ao regime (como demonstra o fato do prudente Polião não terminar sua narração sobre as Guerras Cívicas).

A poesia, ao contrário, é o gênero literário que mais se desenvolveu, porque encontrou na nova sociedade, como vimos, condições favoráveis.

*

1.4.4. — *O Apôio do Príncipe, os Círculos Literários e a Propaganda.*

O Príncipe protegerá as Letras, assistirá as leituras públicas, favorecerá aos poetas com pensões, fará concursos literários etc. (122). Foram criadas por ele instituições oficiais como a Biblioteca Palatina. Nomeou Pompeius Macer para organiza-la.

O Imperador gostava das letras e protegeu-as com inteligência. Fez-se seu cultor. Encontrava tempo para ler e compor (123). A verdade é que o Imperador anexou à glória do seu reinado os grandes escritores do seu tempo,

"e eles se ligaram sem servilidade, mas com reserva" (124).

(120). — Pichon (René), *Histoire de la Littérature Latine*, p. 309.

(121). — Dupoy (A.), *op. cit.*, p. 105. É sintomático que Ovidio, Horácio e Virgílio, que deveriam ter a palavra tão fácil como o verso, não praticaram a eloquência.

(122). — Dupoy, *op. cit.*, p. 108.

(123). — *Ibidem*, *op. cit.*, p. 107.

(124). — *Ibidem*, *op. cit.*, p. 103.

Temos notícias que Augusto recebia os poetas, como aconteceu após Ácio com Virgílio que foi ao Palácio ler os Quatro Cantos das *Geórgicas* (125).

Algumas reservas e alguns refratários porem apareceram à sua obra, pertencentes a círculos literários romanos (Tíbulo, Ovidio, Cásio de Parma e Cornélius Gallus podem ser citados entre seus opositores).

O gosto do ócio entrara definitivamente e triunfalmente nos costumes. Os poetas cantam temas como o da grandeza de Roma, as antigas virtudes Romanas, os novos costumes e leis, falam do fardo que o Príncipe carrega e da sua divinização. Estes são temas habituais na poesia de Virgílio, Propércio e Horácio que pertenciam ao Círculo de Mecenas (69 a. C.) (126).

Mecenas foi o seu Ministro de Belas Artes de Augusto. Rico, generoso e requintado achou-se muito à vontade entre os poetas que frequentavam a sua casa, aceitavam seu dinheiro e sugestões, e cantavam seus louvores. Formou-se em torno dele, um Círculo Literário representado por republicanos e epicuristas como Horácio, Virgílio, Propércio, Varão e outros (127).

Outros círculos surgiram e tiveram um impulso do Príncipe, como o de Marco Valério Messala Corvino, Gáio Asínio Polião respectivamente em 64 e 76 a. C. Embora o Círculo de Mecenas fosse oficial, o de Valério Corvino, antigo companheiro de Augusto em Ácio e agora seu adversário, não foi menos importante (128).

Para alguns autores estes círculos e seus escritores funcionavam como elementos propagadores da política de Augusto. É de se notar, que nem sempre isso coincidia com a verdade, pois no círculo de Valério as idéias, principalmente as de Tíbulo eram contrárias às de Augusto. O poeta Ovidio também aderiu a ele, o que obviamente o afastava da política do Príncipe (129).

(125). — *Ibidem*, *op. cit.*, p. 107.

(126). — Virgílio, *Geórgicas*. Apud Duruy, *op. cit.*, p. 103.

(127). — Onófrío (Salvatore), *A Liberdade de Expressão na Roma Imperial*, in "Revista de História". Vol. 34, número 70. São Paulo.

(128). — Consultar sobre o problema dos Círculos Literários os seguintes autores: Grimal, *El Ciclo de Augusto*, p. de 58 a 91; Leoni, *Literatura Latina*, p. 99; Marache, *La propagande Politique*, p. 1; Pinto, *Ovidio e a Época de Augusto*, p. 458 e 459; Pichon, *op. cit.*, 305-308.

(129). — Onófrío (S.), *op. cit.*, p. 458.

Sabemos que através de Mecenas, os antigos poetas entraram de fato em contacto com o Príncipe. Teria agido Mecenas por iniciativa própria? Ou por ordem de Augusto? Quais as suas ~~intencões~~ r>

Alguns autores acham que o círculo de Mecenas nasceu do próprio Augusto e as idéias que sustentava não eram dos seus componentes. Quais as suas idéias? Eram epicuristas? Seu epicurismo era universal? O fato de Virgílio ter declarado nas *Geórgicas*, estar cumprindo ordens de Mecenas, é apresentado por N. Festa como prova de que as idéias que sustentava não eram deles (130).

Se as intenções políticas de Mecenas não podem ser distinguidas, as aspirações nacionais do seu círculo estão perfeitamente asseguradas para alguns autores. É o caso de Maraché. Este sustenta a tese que Mecenas criou uma atmosfera favorável ao Principado convidando para o círculo poetas de convicções políticas as mais diversas.

"A todos procurou atrair para a atmosfera política e espírito do Principado de Augusto" (131).

Conseguiu de alguns uma perfeita adesão à nova ideologia, seja pelo clima de paz, tranquilidade e generosidade instaurados pela reforma de Augusto, seja pela ajuda material dada aos letrados. O mecenatismo tornou-se uma necessidade, porque só aqueles que estavam em condições econômicas favoráveis podiam dedicar-se ao *Otium Literário* (132).

Seja qual for a opinião emitida sobre o assunto, a verdade é que Mecenas teve, como afirma Grimal, a habilidade de atrair ao seu redor os mais brilhantes escritores de seu século e dirigir seus gênios pondo-os a serviço desta "revolução dos espíritos" indispensável para que tivesse pleno êxito a revolução política em que trabalhou Augusto (133). Mas, apesar das controvérsias relativas ao assunto, é bom deixar claro ainda que esses poetas cantam não o *Princeps* mas aos seus fins políticos, não a sua pessoa, mas aos princípios que os legitimaram e que justificam a sua presença à frente do Estado Romano (134).

Julgamos que, cantando os seus fins políticos, deram-lhe mais que cantando a sua pessoa.

(130). — N. Festa, *La Literature nell'età de Augusto*. Apud Maraché, *op. cit.*, 1-5.

(131). — Maraché (R.), *op. cit.*, 1 a 5.

(132). — Onófrio (S.), p. 399 (O Círculo de Mecenas foi o mais famoso da História, daí ter seu fundador passado à História com o protótipo de "protetor dos homens de cultura").

(133). — Grimal (P.), *El Siglo de Augusto*, 58 a 91.

(134). — Maraché (R.), *op. cit.* p. 1 a 5.

Não tinham talento, ou não achavam oportuno tecer elogios à pessoa de Augusto? É lógico que esses poetas queriam agrada-lo, mas suas obras não eram "livres" nem comandadas (135).

Há ao nosso ver uma interdependência profunda entre o programa de restauração do *Mos Maiorum*, proclamado por Augusto e a produção literária da época (136).

Não houve uma ditadura das leis, intransigente e arbitrária; julgamos que a ação de Mecenas se fez sentir de modo sutil e diverso.

Podemos em grande parte explicar esta literatura clássica, pela personalidade de Mecenas, pelo seu sentido de medida e gosto. Seus amigos sentiam sua influência sem se darem conta dela.

"Não é verdade que os poetas aceitaram cegamente os seus conselhos" (137).

Até agora só tratamos de poetas. E os historiadores? Nada encontramos sobre a sua participação na chamada Literatura *Engagée*.

Mesmo quanto a participação dos poetas as opiniões são contraditórias, assim:

LEONI — achamos que não devemos considera-la uma literatura *engagée*. "... isto porem não nos obriga a aceitar a afirmação que, favorecendo às Letras tenham tolhido a liberdade e a espontaneidade de pensamento de escritores do seu tempo..."; "... atraiu os maiores gênios do seu tempo envolvendo-os na admiração e amizade sem violar as respectivas consciências, nem exercer excessiva e nociva pressão sobre o desenvolvimento de suas obras" (138).

MARACHÉ — "... a orientação política desta literatura que foi uma literatura *engagée*, nos dá um exemplo que pode se dizer único da aliança do gênero literário à propaganda política" (139).

BARDON — "... nada mais falso e mais tendencioso, pois nenhuma literatura foi jamais tão *engagée*, tão atenta, preocupada

(135). — Pichon (R.), *op. cit.*, p. 305.

(136). — Onófrio (S.), *op. cit.*, p. 398.

(137). — Grimal (P.), *op. cit.*, *op. cit.*, p. 63, 64 e 65.

(138). — G. D. Leoni, *op. cit.*, p. 72 e 73.

(139). — *Ibidem*.

e ligada ao fator social como a latina, e isso, pelo próprio espírito romano, eminentemente prático e autoritário" (140).

GRIMAL — "... como os poetas poderiam alcançar a originalidade e a verdadeira grandeza, se no fundo eles mesmos não tivessem sido livres?" (141).

DUPOY — "... seja qual for o patriotismo, civismo e idealismo dos escritores do seu tempo eles são principalmente escritores. Augusto é seu protetor e amigo...; "... estes poetas não lhe tinham sacrificado a independência de seu gosto; ... apesar de Augusto, eles eram celibatários, o que mostra a medida de sua independência" (142).

* *
*

Conclusão.

Apesar de alguns estudos feitos sobre o assunto,

"até que ponto a autoridade do Imperador influenciou os escritores da época imperial",

pouco sabemos (143). A questão ainda está pedindo maior profundidade.

Parece-nos que o grande problema está no estudo do período em que se considere a literatura. Na primeira fase (de 31 a. C. — Ácio — a 80 a. C.), houve o conúbio entre a produção poética e a realidade político-social, pois a literatura espelhou e promoveu o Principado de Augusto.

Acreditavam no Príncipe cujo o programa era de reconstituição social, pois a liberdade a esta altura era sinônimo de paz. Não parece que a generosidade do Príncipe e de Mecenas tenha tolhido a liberdade de expressão dos poetas nesta primeira fase (144). Era uma generosidade que não oprimia e não impunha condições de sujeição e de

(140). — Bardon (M.), *Les Empereurs et les lettres latines. D'Auguste a Hadrien*. Apud Maraché (1 a 5). E neste autor que Maraché se baseia para fazer a afirmativa acima. Vide também Onófrio (S.), *op. cit.*, p. 398.

(141). — Vide considerações anteriores deste trabalho sobre a oposição de Ovidio e Tibulo a Augusto.

(142). — Para Dupoy, *op. cit.*, p. 110 a 125, estes poetas foram propagadores das idéias de Augusto, mas não sacrificaram a sua independência literária, vide principalmente página 122 e 123.

(143). — Onófrio (S.), *op. cit.*, p. 398.

(144). — *Ibidem*, p. 400.

escravidão espiritual. A ligação era mais fundada sobre o conceito epicurista da amizade de que sobre o da autoridade.

"Nunca impôs condições aos poetas, nem exigiu louvores desmedidos" (145).

Deixou quase sempre que cada um cultivasse o gênio literário que mais lhe aprouvesse e que fosse livre para expressar idéias e sentimentos na forma mais pessoal (146).

"Se é verdade que Augusto fazia questão do apóio dos escritores para a realização de seu plano de governo... (como atesta sua insistência junto a Virgílio para o acabamento da Eneida) não podemos negar que tal apóio é solicitado de uma forma amigável, não exigido" (147). "É o amigo benfeitor que pede a exaltação da obra que está realizando e não o tirano, que escraviza a livre expressão da classe culta" (148).

É claro que existia uma certa limitação à liberdade, não imposta por Augusto, mas na atmosfera criada pelo novo regime político. Como vimos, a paz Augustiana e a Reforma Institucional (tirava do povo o direito de voto dos seus representantes) levou ao enfraquecimento das paixões políticas. Segundo o professor Salvatore isto afastou os

"grandes gênios da vida pública" (149).

E interessante notar que os grandes expoentes da literatura na Época Republicana eram homens de estudo (Cesar, Cícero, etc.) enquanto que no Império, permaneceram longe da vida pública, se dedicando ao *otium* literário. Daí a decadência da oratória, que não tinha mais razão de ser com a queda da República. Foi por isso que a verdadeira eloquência perdendo a sua razão de ser, se transformou em

"esteril exercício de declamação" (*Recitaciones*) (150).

A crise da eloquência se estendeu à prosa. O Principado de Augusto não foi benéfico à prosa. O único grande escritor em prosa da

(145). — *ibidem*, p. 401.

(146). — *Ibidem*, p. 401.

(147). — *Ibidem*, p. 401.

(148). — *Ibidem*, p. 401.

(149). — *Ibidem*, p. 401.

(150). — *Ibidem*, p. 402.

época foi Tito Lívio (151). Sua obra é no entanto, para alguns, mais poesia em prosa do que História.

Na segunda fase do governo de Augusto a situação em relação aos literatos se modifica, instalando-se contra poetas e escritores que não compartilhavam de suas idéias e plano de governo, um regime de perseguições e castigos diversos (vide o Historiador grego Timages expulso do palácio do Imperador, Ovidio exilado em 8 d. C.; Tito Labieno, que teve os escritos queimados, e Cássio Severo, expulso de Roma mais ou menos no mesmo ano (Tácito, *Anales* I, 72, 4) (152).

Para o nosso trabalho, o que nos pareceu importante é a evidência de não estar a Literatura Latina, como vínhamos pensando, toda ela influenciada pela pessoa de Augusto.

Pelas opiniões aqui referidas concluímos não ter havido, se é que o houve, influência profunda e insofismavel de Augusto, a não ser na poesia. Nada encontramos diretamente relacionado com a influência do Príncipe na liberdade de expressão e no condicionamento de Tito Lívio. Concluímos daí que a História desse período, inversamente do que se supõe, não sofreu influência de fatores políticos-sociais como vêm afirmando certos escritores que generalizam a problemática Imperial sem se aprofundarem em uma época determinada.

*

2. — A HISTORIOGRAFIA DO I SÉCULO A. C.

2.1. — *Os historiadores Gregos do I Século.*

Para encontrarmos os fatores que influenciaram na Historiografia Romana do Principado, faremos rápidas considerações, a respeito dos historiadores gregos do século I a. C. que escreveram sobre Roma.

Diodoro da Sicilia escreveu no século I a. C. sua obra *Biblioteca Historica*, em 140 livros, que abrange o período que vai dos primórdios até o ano de 59 a. C. Segundo Besselaar, esta chegou a nós fragmentada, foi modelada na obra do grego Éforo de Cina, que escreveu a primeira *História Universal* (153). Sua documentação é diferente daquela uti-

(151). — *Ibidem*, p. 403.

(152). — *Ibidem*, p. 405.

(153). — Besselaar (J. V.), *op. cit.*, p. 9 e 10.

lizada pelos analistas seus contemporâneos e pelos historiadores, que nele se baseavam, como Tito Lívio e Dionísio de Halicarnasso.

Ettore Pais nos diz não compreender porque

"a crítica moderna examina com complascência as poucas e magras informações de Diodoro".

Explica o Historiador que se chegou a negar fé a tudo que não estava em Diodoro e vinha referido em outros historiadores (154). Considera-o um "mediocre narrador". Afirma que nem sempre se baseou em fontes autorizadas, variando a autoridade destas, conforme o período tratado.

"Nenhum princípio, nenhum cânone crítico o guia".

Diodoro não possui sentido de proporção nem distingue a importância dos fatos que vai copiando. Ora é suscinto, ora é difuso. Está ligado à superstição religiosa (155).

O autor afirma ainda, que a influência de Políbio, Posidônio e Artemidoro, não contribuiu para formar nele um senso histórico e político. Admite no entanto, que tenha seguido, quanto às "gestas romanas" fontes melhores e mais variadas do que as de Lívio e Dionísio (156).

Concordamos que é perigoso não se levar em consideração as afirmações de outros autores, por não ter Diodoro feito menção às mesmas. Diodoro usou para a História Romana mais antiga historiadores latinos.

"Não há razão para duvidar da sua declaração de conhecer bem a língua romana e de ter tido o cuidado de copiar os analistas romanos" (157).

A obra de Diodoro torna-se preciosa, principalmente para o período de Pirro.

O segundo Historiador grego do período, que escreveu sobre História Romana, foi *Dionísio de Halicarnasso*. Sua obra, *Arqueologia Romana*, em 20 livros, chegou-nos também fragmentada. (Os livros de I a X estão completos, o XI incompleto, e os demais fragmenta-

(154). — Pais (Ettore), *Storia di Roma*, p. 126.

(155). — Pais (Ettore), *Storia di Roma*, p. 128.

(156). — *Ibidem*, p. 129.

(157). — *Ibidem*, p. 131.

dos). Seu assunto refere-se especificamente à História Romana, das origens até o ano de 264 a. C. Desejava com esta obra completar Políbio (158). Embora a *História* de Dionísio seja retórica e pouco crítica, ela é importante pelas informações que fornece sobre as lendas em que se embaralham as origens de Roma.

Não se pode negar a Dionísio grande cultura literária, embora tenha tentado fazer observações de ordem estilística e retórica, que estavam fora de seu alcance (159).

É importante assinalar que Diodoro não olhou a analística com desconfiança, ao contrário, aceitou-a e difundiu-a entre os contemporâneos (160). Fez um verdadeiro ato de fé em relação a tudo aquilo que os *Anais Máximos* e os analistas tinham inventado. O que tentou fazer foi, usando uma série de

"falsas e absurdas explicações de índole lógica e psicológica,
e de particulares fantásticos"

e anedotas tornar a antiga narração das façanhas romanas, coerente e natural (161). Ettore Pais acha que ele não conseguiu o seu intento. O fato de ter acreditado nos livros dos magistrados em que os próprios romanos desacreditavam, tornou pior o juízo sobre sua **obra**. Não desconfiando das fontes, consagrou-se a elogiar e glorificar famílias romanas incensando os "vencedores" (162).

Dionísio, baseou-se em escritos romanos de analistas recentes, como: Varrão, Licínio Macro, Gélio e Valério Antias, e só raramente citou os mais antigos, como Fábio e Calpúrnio.

Apesar das críticas feitas à obra de Dionísio, se comparada ao seu contemporâneo Lívio, verifica-se que ele preocupou-se ao contrário do último, em colher nos eruditos gregos e romanos em que se baseou, dados sobre os povos com que Roma entrou em contacto, principalmente informações à cerca de sua etnografia. O autor é acusado de nem sempre ter recorrido aos documentos mais antigos, preferindo, em vez disso, a ater-se a tardios escritores de pequeno valor crítico (163).

Os historiadores gregos deste período, sofreram pois a influência da Historiografia Grega e Romana que lhes antecedeu e foram ao mesmo tempo, influenciados pelos escritores romanos contemporâneos.

(158). — Besselaar, *op. cit.*, p. 11.

(159). — Vide Ettore Pais, *Storia di Roma*, p. 133.

(160). — *Ibidem*, p. 135.

(161). — Vide Dionísio II, 18, II, 3; XI, 62; V, 17; X, 44.

(162). — Vide Ettore Pais, *Histoire Romaine*, p. 16.

(163). — Pais (E.), *op. cit.*, p. 140.

Seguindo nosso raciocínio, pensamos que, se estes autores influenciaram Tito Lívio e outros historiadores latinos da época, mas pouco ou quase nada acrescentaram à contribuição recebida pelos mesmos da Analística Republicana.

2.2. — *Os historiadores Romanos.*

Passaremos a uma rápida análise da Historiografia Romana da Época de Augusto, para que possamos concluir a respeito das possíveis influências sofridas por Tito Lívio. Entre os historiadores latinos do período, citamos: Gáio Asínio Polião, Pompeu Trogo, Marco Valério Flaco, Gáio Júlio Higieno, Fenestella, Arruntius, Vitrúvio Polião, Aneu Sêneca.

POMPEU TROGO — Gaulês de nascimento, escreveu *História Filípica* em 44 livros (164). Sua *História Universal*, baseou-se na história do Império Macedônio. Dela só possuímos um resumo de Marco Juniano Justino. Segundo Besselaar, o autor inspirou-se na obra do grego Teopompo de Quios (376-320) (165). É útil para se conhecer a história de Cartago antes das Guerras Púnicas, como a história dos Partos e de Marselha. Tratou a história sob o ponto de vista universal (166).

Torna-se difícil conhecer-se o estilo de Trogo Pompeu apenas pelo breviário de Justino. (Linguisticamente a perda do texto é muito grande para sabermos de que modo a Gália Latinizada escrevia o Latim).

MARCO VALÉRIO FLACO — Desse pouco sabemos. Foi preceptor de Augusto e importante fonte de estudo para a antiguidade romana (167). Realizou algumas pesquisas sobre o calendário *Fasti Praenasti* e também um grande trabalho de lexicografia.

GÁIO JÚLIO HIGIENO — foi bibliotecário de Augusto. Escreveu obras de argumento histórico, além do comentário dos poemas de Virgílio (168).

VITRÚVIO POLIÃO — foi primeiramente engenheiro militar de Augusto. Sua obra pertence mais à história da Ciência e fornece aos historiadores muitas noções técnicas. Escreveu um

(164). — Vide Leoni, *op. cit.*, p. 100; *Historie Filippique et Tacius Mundi Origines e Terrae Situs*.

(165). — Besselaar (J. V.), *op. cit.*, p. 9.

(166). — Pais (Ettore), *Storia di Roma*, p. 152.

(167). — Leoni (G.), *op. cit.*, p. 100.

(168). — Leoni (G.), *op. cit.*, p. 101.

manual sobre arte: *De Architectura* dedicado a Augusto, e que traz valiosas informações sobre a arquitetura em geral (169).

ANEU SÊNECA — foi mais um rector. Escreveu sobre questões mitológicas e históricas em uma grande antologia (170).

GAIO ASÍNIO POLIÃO — amigo de Cesar e fundador da primeira Biblioteca pública. Sua *História das Guerras Civis*, ia do Primeiro Triunvirato até Fillipos.

Segundo Suetônio, tomou parte em acontecimentos ocorridos na época das Guerras Civis. Através de sua obra podemos corrigir algumas inexatidões dos *Comentários de Cesar* (171).

Quanto a *Arruntius* que escreveu a *História das Guerras Púnicas* e *Fenestella* pouco sabemos (172).

Nossa rápida análise, puramente informativa sobre os historiadores do período de Augusto, levou-nos a algumas inquietações que julgamos de importante menção. Não nos parece digna de crédito a afirmativa genérica e pouco fundamentada que, de todos os historiadores do período, só Tito Lívio foi protegido por Augusto, e esteve ligado a ele. Daí ter tido meios para escrever sua obra. Ao contrário, como vimos, quase todos eles ocuparam cargos importantes junto ao Imperador (preceptores, bibliotecários, engenheiros militares, etc). Constatamos ser grande a falta de informações sobre a vida e a obra desses historiadores. Não sabemos se por sua mediocridade ou por terem se perdido as referidas obras.

Assim sendo, torna-se difícil conhecimento das influências mútuas e recíprocas entre Tito Lívio e seus coetâneos.

*

3. — TITO LÍVIO.

3.1. — *O Homem e a Obra.*

Tito Lívio foi sem dúvida o Historiador mais conhecido e famoso da época de Augusto. Nasceu em Pádua no ano de 59 a. C., de família nobre e morreu em 17 d. C. Pouco sabemos de sua vida (173). Foi declamador e preceptor de Cláudio. Estudou retórica e filosofia

(169). — Vide Leoni (G.), *op. cit.*, p. 101.

(170). — Leoni (G.), *op. cit.*, p. 102.

(171). — Suetônio — Apud Leoni, *op. cit.*, p. 89.

(172). — Vide Bignone, *História da Literatura Latina*, p. 275 e 277, onde o leitor encontrará maiores detalhes sobre os "historiadores menores e eruditos".

(173). — Vide Pichon, *Histoire de la Litterature Latine* e Jean Bayet na Introdução à História de Tito Lívio em *Histoire Romaine* — Livro I, Les Belles Lettres.

em Roma. Segundo Taine, a princípio escreveu tratados de divulgação filosófica com os quais obteve fama (174). Consagrou-se inteiramente às letras: à retórica, aos diálogos filosóficos, mas sobretudo à História. Sua obra denominada *Ab Urb Condita Libri* segundo G. de Sanctis, abrangia o período compreendido entre as origens e o ano de 293 (175). Chamou-a de *Anais*.

Lívio esquivou-se de exercer funções públicas e se distinguiu por sua independência política. Ao contrário dos historiadores que lhe precederam e que estavam ligados à política, Lívio foi homem de letras, um rector, um seguidor de Cícero. Foi uma exceção entre os historiadores, pois não ocupou nenhum cargo político (176).

Procuraremos sobre Lívio assinalar algumas afirmativas que nos pareceram interessantes e dignas de consideração. O Professor Ettore Paratore afirma estar Lívio cansado dos males do seu tempo e por isso pretendeu isolar-se deles.

"Fazer história para Lívio era alienar-se da realidade presente" (177).

O literato romano procura deixar claro que Lívio detestava o ambiente profundamente conturbado de Roma pelas guerras civis. Para ele, republicano convicto, só se salvava o desafortunado Pompeu.

Por tudo isso, Lívio era favorável à obra de restauração de Augusto. Mas não seria arbitrária e genérica a afirmativa de estar sua obra comprometida com Augusto? A discussão desta tese foge a este desprezioso ensaio e nossa abordagem do mesmo tem apenas o sentido de levantar um problema que não nos parece ainda devidamente esclarecido.

Outra afirmativa digna de realce é a de ter Lívio procurado modelos nos historiadores da época de Cícero. Estas fazem dele um autor superado para o seu tempo.

Teria sido também Lívio de um tradicionalismo quase ritualístico. Se estas afirmativas são verdadeiras podemos considera-lo estranho à sua época. Mas como aceita-la considerando-o alienado em seu período se temos notícia pelos seus coetâneos de ter sido ele muito bem aceito no seu tempo? Parece-nos o assunto digno de maiores considerações.

(174). — Taine, *Essai sur Tite-Live*, p. 311.

(175). — De Sanctis, *Enciclopédia Italiana*. Roma MCMXXXIV-XVII; vol. 21, p. 327.

(176). — Pichon, *op. cit.*, p. 310.

(177). — Vide Paratore, *Storia Della Letteratura Latina*, p. 441 a 443.

Voltemos à sua obra. Sua história *Ab Urb Condita Libri* em 142 livros, foi dividida em períodos de 10 livros chamados Décadas. A maior parte desapareceu. Sobrou-nos a primeira Década que narra da chegada dos romanos à Itália até a Guerra dos Samnitas; as Décadas terceira e quarta, completas e a primeira parte do quinto livro, que vai da segunda Guerra Púnica até à derrota da Macedônia.

Foram feitos resumos dos livros publicados *Periochae*, provavelmente no século IV por autor anônimo (178).

Lívio dividiu sua *História* em dois grandes períodos: O Antigo e O Moderno. Logo ao iniciarmos a leitura de sua obra despertou-nos a atenção a leitura de seu prefácio, onde notamos já a sua preocupação em dividir, como afirmamos anteriormente, a História em períodos, realizando aquilo que os historiadores modernos sabem ser virtude do Historiador: saber periodizar.

A obra de Lívio costuma ser considerada como uma verdadeira obra de arte. Louvam-no pelo fascínio da narração e pelo seu sentido dramático (179). Quanto ao estilo o autor não se perde em seca erudição. Evita detalhes técnicos, mas antes de mais nada quer fazer obra de arte com narrativas pitorescas, arengas, metáforas, antíteses e belos períodos. Pichon considera-o um verdadeiro artista e aproxima-o de Cícero por esta arte (180). Se a maioria dos historiadores literatos consideram-no um "histórico por excelência" outros não concordam com o fato de ser o padovano um mestre em adornar dramática e pateticamente a narração (181). Afirmam ao contrário que por causa da extensão de sua obra ele é um Historiador que apresenta o maior número de passagens opacas cinzentas e áridas.

O professor Bayet chama a atenção para os estudiosos de sua obra que não é possível compreende-la fazendo abstração do homem que considera cético e irônico. Discute amplamente o assunto analisando as qualidades literárias de Lívio. O professor De Sanctis defende também o seu valor artístico chamando a atenção para a monumentalidade da obra que em grande parte explica seus deslizes históricos e estilísticos não tendo fundamento as acusações de Asínio, Polião e Quintiliano sobre as *Patavinitas*. A palavra indica qualidades de "patovino" não só no sentido geográfico natural de Patavium "Padoano" mas es-

(178). — Besselaar — *op. cit.*, p. 18 — *cit.* 28

(179). — De Sanctis, *op. cit.*, p. 330 defende o valor artístico da obra de Lívio.

(180). — Pichon, *op. cit.*, p. 313.

(181). — Vide Paratore, *op. cit.*, p. 445, que indica ao leitor texto de Lívio do XXI ao XXX e Jean Bauet, *op. cit.*, p. LIII.

pecialmente a qualidade do estilo de Lívio difícil de compreender (182).

•

3.2. — *Fontes.*

Quais as fontes consultadas por Tito Lívio? Quais as suas dificuldades?

O Historiador de Pádua conhecia as incertezas e a obscuridade da História Primitiva de Roma. Ele próprio declara isto acenando para a precariedade e contradição de suas fontes (183). Embora estas possam ser escassas, não explicam as suas lacunas históricas. A verdade é que Lívio não realizou uma acurada busca das fontes. "Os documentos" que consultou, não foram suficientes.

Suas fontes são passíveis de comentários negativos se a considerarmos à luz da crítica moderna. Sua obra, sob o ponto de vista histórico, é uma compilação de obras de autores latinos. Para cada parte de sua história segue uma ou duas obras de perto (Valério Ântias e Cláudio Quadrigário para a primeira década, Fábio Pictor, Célio Antipater e Políbio, para a segunda) (184). O autor mistura esses dados com recordações ou notas de outras proveniências. Aceita os analistas a não ser quando suas mentiras e exageros são berrantes, então ele os rejeita.

Quanto aos autores não latinos, ignora-os a não ser a Políbio (185). Ha quem julgue que ele consultou Silenos (186). O seu método lhe permitiu trabalhar rapidamente e assegurar à sua obra um

(182). — Asínio Polião criticando a obra de Lívio afirmou que o seu defeito era uma certa patavinidade; Quintiliano repetiu a mesma opinião: "Quae madmodum Pollio reprehendit in Livio patavitatem". Em que consistia essa tal Patavinidade do escritor latino? Acham uns que Lívio escolhia os termos na língua vulgar afastando-se do "sermo urbanus". Outros opinam que seria o emprego do dialeto de Pádua e ainda outros aceitam que era apenas um caso de estilística: o Historiador usava e abusava de metáforas, complicando frases, tornando-as obscuras e de difícil compreensão. Polião comparou o estilo de Lívio com as famosas "túnicas patavínicas", tecidas em três fios e tão grossas e compactas que Marcial dizia que elas deviam ser cortadas por serras e não tesouras ou facas (a parte dialetal diz respeito ao vocabulário; a comparação com a túnica diz respeito ao estilo liviano).

(183). — Lívio, VIII, 18.

(184). — De Sanctis, *op. cit.*, p. 328, acha que apesar de Lívio ter consultado os analistas antigos, usou em particular Fábio Pictor (primeira Década).

(185). — De Sanctis, *op. cit.*, p. 328, "compreendendo a superioridade de Políbio como Historiador, Tito Lívio o usou nos livros XXI e XLX que tratam das guerras em território grego, guerra da Sicília e Primeira Guerra Macedônica".

(186). — Vide Pichon, *op. cit.*, p. 313.

ritmo regular e proporções equilibradas mas fe-la perder seu caráter de originalidade. O que lhe interessava era ter nas mãos o material para construir uma narrativa viva e legível da vida romana.

Apesar da maioria dos historiadores concordar com o fato de não ter Lívio consultado as fontes devidas, ele procurou realizar à sua maneira "uma crítica das fontes". Consultou os analistas romanos e procurou compara-los, mas o seu critério crítico foi muito subjetivo. Usou a verossimilitude, o que tornava a sua crítica muito precária (187).

Jean Bayet acha que devemos perdoar Lívio por sua busca incompleta, pois encontrou dificuldades de toda ordem (188). É indulgente em relação à sua obra dizendo que parte da tradição romana era transmitida oralmente e de difícil compreensão para um contemporâneo.

"Não convem condena-lo em nome da crítica moderna, o que importa é compreende-lo no seu momento".

Tito Lívio faz história psicológica generalizada.

Apesar dessas considerações, é de estranhar-se a indiferença do autor em ver com seus próprios olhos os documentos mais notáveis.

*

3.3. — *Concepção e Objetivos.*

A concepção de história de Tito Lívio sofreu influência da época em que viveu o Historiador (189). Lívio sentia a Grandeza de Roma de seus dias mas nem por isso fechava os olhos à sua corrupção. Buscava consolo para as vicissitudes presentes nas glórias do passado.

Sua História é irmã da "Enêida" mas se diferencia muito das obras dos seus contemporâneos. Certamente Tito Lívio foi influenciado por Virgílio e ambos tiveram o mesmo objetivo, descrever a imagem da vida romana, e neste sentido a obra deles se completa (190).

Era precisamente o que Augusto desejava.

Não se pode deduzir daí que esta imagem tenha sido completamente falsa e arbitrária (criadas por Augusto).

(187). — Grimal, *op. cit.*, p. 89 e Bayet nos explicam como Lívio conduziu sua reflexão crítica, e foi o filósofo da História repleto de riqueza e originalidade.

(188). — Jean Bayet, *Tite Live*, p. XVI e XXII.

(189). — Pichon, *op. cit.*, p. 311 e 312.

(190). — Leoni, *op. cit.*, p. 196 e Grimal, *op. cit.*, p. 89-90.

"... Tito Lívio não inventou as figuras rudes e rigorosas dos grandes homens de outrora, como também Augusto não criou inteiramente o ideal romano. Esse existia inteiramente alterado e esquecido... (191).

O objetivo de Lívio era explicar Roma, suas lutas, sua grandeza e catástrofes na época das Guerras Civis para daí deduzir as razões de esperança dadas ao Principado. Seu relato estava

"orientado para um determinado fim" (192).

Logicamente quanto ao fim e ao tema esta obra servia a uma política o que não a fazia menos honesta. Vários autores têm discutido o fato de ser a obra de Lívio um elemento de propaganda das idéias e do governo de Augusto. Parece-nos mais elucidativa a explicação de Grimal sobre o assunto. A História podia prestar, é certo, inúmeros serviços a Augusto. Não estava entre os objetivos de Lívio a manutenção das tradições romanas em todos os setores da vida romana? Este não era também um dos postulados da política de Augusto? Manter a todo custo em todos os domínios a continuação das tradições romanas. Era muito importante para Augusto encontrar um Historiador que soubesse descobrir a plasticidade das Instituições conforme a época analisada, seguindo o esforço de Roma para definir-se a si mesma e ao mesmo tempo permanecer fiel a um só ideal e a uma só vocação. Tito Lívio realizou para ele esta tarefa. Seu objetivo foi mostrar aos seus concidadãos, tal como o fez Virgílio, o glorioso passado de Roma para que a amassem e ao mesmo tempo procurassem soerguer a moral do seu tempo, através das lições desse passado (193). De sua obra se depreende uma expressão de força e de moral, cujas lições seguem sendo válidas como exemplos imperecíveis (194). Em sua obra, (a de maior fôlego da literatura latina), Lívio não teve a intenção de dar uma narrativa crítica da historiografia romana, pois sua própria extensão não lhe permitiria.

Passerini acha que Tito Lívio desejava dar uma interpretação da História Romana apresentando sua grandeza como fruto da piedade religiosa, da Pátria e da família, como também do austero sentimento de disciplina e de dever, do ligamento aos ditames da justiça, em suma das virtudes que haviam constituído segundo esta imagem ideal a característica estrita da ação política romana. Esta formulação ingênua,

(191). — Grimal, *op. cit.*, p. 89.

(192). — Grimal, *op. cit.*, p. 89.

(193). — Besselaar, *op. cit.*, p. 18.

(194). — Grimal, *op. cit.*, p. 89, Passerini, *op. cit.*, p. 198.

esta idéia fundamentalmente justa talvez não bastasse por si só para explicar a História Romana (195).

A análise do prefácio de Tito é profundamente ilustrativa em relação às suas intenções de escrever uma história pragmática onde ficassem claras as causas da grandeza de Roma e do Império (196).

"O que a História nos oferece de salutar e fecundo está nos exemplos, instrutivos e de toda espécie, descobertos à luz da obra encontram-se modelos a seguir tanto para o bem próprio como para o do país a que se pertence, encontram-se ações vergonhosas a serem evitadas tanto pelas suas causas como consequências. De resto se é que não me deixo levar pela paixão de meu empreendimento, jamais houve Estado de maior grandeza, mais puro, mais rico de bons exemplos, jamais durante tanto tempo qualquer povo foi inacessível à cupidez e ao luxo, ou guardou tão duradouro e profundamente o culto da pobreza e economia como o povo romano".

"Agrada nossa presunção considerar divina a nossa origem. Simplesmente o dever do Historiador não é agradar à presunção do leitor e sim descrever os costumes dos homens".

A leitura do seu prefácio nos esclarece sobre suas intenções e merece um estudo especial, pois nos revela suas pretensões científicas; mostrando-nos que Lívio não reivindica qualquer investigação ou método original; que dava muita importância às qualidades literárias do Historiador. Deixou claro seu objetivo moral mostrando a sociedade quando ainda era simples e incorrupta para que seu exemplo fosse seguido. Procurou deixar claro que sua história era humanística (197).

Para alcançar estes objetivos, Lívio fez ênfase na "virtude dos padres" e nas instituições dela originárias. Enfatizou a austeridade e a simplicidade dos romanos e progressivo deterioramento dos costumes (198). Por ter vivido, longe da vida política, não foi jurista nem político, não nos deu uma idéia das Instituições Políticas e da vida constitucional dos mesmos, não se interessou pelos costumes e instituições dos povos a quem Roma combateu (Itálicos e Etruscos por exemplo). Só na parte mais moderna de sua obra vizinha ao tempo em que viveu, se esforçou por fazer uma "verdadeira história" na acepção moderna da palavra "História" (199).

(195). — Passerini, *Questioni di Storia Antica*, p. 7 e 8 e seguintes; Grimal, *op. cit.*, p. 88 e 89.

(196). — Vide Prefácio Tito Livio, *Histoire Romaine*, livro I (Le Belles Lettres p. 3 e Glenisson, *Introdução ao Estudos Históricos*, p. 16.

(197). — Collinwood, *A Idéia de História*, p. 65.

(198). — De Sanctis, *op. cit.*, p. 329.

(199). — Lívio CIX.

Ettore Pais, julga seu prefácio admirável. Embora nem sempre Lívio tenha atingido a verdade, afirma o Historiador, preocupou-se ele com a mesma, chegando neste prefácio a um dos princípios da crítica moderna: é impossível uma história exata quando faltam documentos contemporâneos e textos escritos (200).

*

3.4. — *Características.*

Consideramos como primeira característica a salientar na obra de Lívio o fato dela ser *uma obra analista* (201). É indiscutível sua filiação à analística republicana, pois o autor seguiu-a tanto na maneira de apresentar a história romana, como usou seus métodos. O critério é rigorosamente analístico. Aparece em Lívio a narração de sonhos e prodígios, o elevado das cifras, os exageros quanto às falhas etc..

Pichon

"seus escritos nada mais são que os anais dos velhos historiadores postos em bela linguagem ciceroniana e acomodados ao zelo patriótico de Augusto".

Aproxima-se também dos analistas no fato de não fazer menção à vida cultural. Esta é a opinião de muitos historiadores por nós consultados: Passerini, De Sanctis, Pichon e Parattore, mas outros há como Ettore Pais e Cassani que não concordam com essa assertiva. Cassani por exemplo acha que Lívio se distingue dos analistas pelo volume das informações e pelo estilo claro e majestoso (202). Grimal refere-se da seguinte maneira a Lívio:

"separando-se do método dos historiadores da época imediatamente anterior a ele, que se contentavam em escrever monografias referentes a uma só guerra ou um só episódio bem definido, Lívio voltou à forma dos antigos historiadores latinos, os analistas, que narravam ano por ano todos os acontecimentos ocorridos desde a fundação de Roma até a época em que viviam" (203).

(200). — Lívio, VII, 7, CF. IV, 16. VIII, 40, etc. Apud Ettore Pais, *Histoire Romaine*, p. 16 e 17 e *Storia Critica Di Roma*, p. 148-149.

(201). — O próprio Lívio assim se considerava, pois como vimos denominou sua obra de *Anais*. Vide Parattore, *op. cit.*, p. 441.

(202). — Vide Passerini, *op. cit.*, p. 7 e 8, De Sanctis, *op. cit.*, p. 329, Pichon, *op. cit.*, p. 312-313 e Parattore, p. 441.

(203). — Grimal, *op. cit.*, p. 89.

Parattore acha que apesar de analista, Lívio seguiu a historiografia romana da época de Cícero e que os elementos vitais de sua obra vieram de Salústio, o que se evidencia em seus discursos, digressões ideológicas, etc. (204).

Como segunda característica sentimos *ser sua História urna História Providencial*, espécie de História sagrada do povo eleito pelos deuses que exigiam dos romanos dotes excepcionais de constância, sacrifício e devoção (205). Foi a *virtus romana* que os elevou às alturas. Essa História apresentava o caráter do domínio romano como especial, providencial e benéfico para os povos subjugados. O povo romano era um milagre da criação coletiva, o verdadeiro povo eleito. Todo trabalho de Lívio estava ligado à Roma, quando analisa mesmo a psicologia e a personalidade dos inimigos de Roma, o faz em função do seu engrandecimento. É portanto pragmático e artificioso quando trata da conquista. Sua história só se refere à Roma, não se interessando por outros povos a não ser quando relacionados à cidade (206).

Como terceira característica notamos que *Lívio aceita a tradição e a respeito* embora muitas vezes assinala as diferenças entre suas fontes, não sabendo a qual delas dar crédito.

O professor De Sanctis explica-nos que o caráter sagrado dado pelo Historiador à tradição não lhe induzia a indagações críticas (207).

A quarta característica, que aparece em todas as fontes por nós consultada, refere-se à *insuficiência de documentação usada por Lívio*. Suas fontes foram limitadas e raras. Há mesmo quem afirme que ele não usou um documento sequer, não usou fontes primárias (208).

Na quinta característica é preciso realçar o fato de *não ter procurado a essência dos problemas*. Não procurava as razões. Para ele, por exemplo, a grandeza e o estabelecimento do predomínio romano, eram fatos elementares que não precisavam de explicação e isto se explica por ser sua História Providencial e não por ser um crédulo, ou melhor, por acreditar piamente na tradição lendária romana.

Finalmente constatamos *que sua obra foi subjetiva*, por mais objetivo que tenha procurado ser, muitas vezes deixou *transparecer seus anelos e suas crenças*.

(204). — Parattore, *op. cit.*, p. 441 a 446.

(205). — Tito Lívio, *História*. Apud Parattore, p. 446, 447, 451.

(206). — Segundo De Sanctis, *op. cit.*, p. 232-233 falta a Lívio o interesse pelo minuto particular o que lhe traz grandes inexatidões.

(207). — De Sanctis, *op. cit.*, p. 226.

(208). — De Sanctis, *pp. cit.*, p. 239.



3.5. — *Opiniões de historiadores e Literatos Modernos Sobre Lívio e Sua Obra.*

Muitos escreveram sobre Lívio.

Para alguns historiadores ele é o grande vulto da historiografia romana e todas as falhas de sua obra são justificáveis, outros lhe fazem críticas violentas. Alguns exaltam-lhe a obra, outros reduzem-na!

A Historiografia Moderna e Contemporânea apresenta-se contraditória a seu respeito e as opiniões são diversas sobre sua obra.

Assim vejamos:

PASSERINI — sua obra é a de maior valor da Literatura Latina (209).

LEON HOMO — ele codificou definitivamente a obra Nacional Romana (210).

G. D. LEONI — é o único grande prosador do período de Augusto. É um Historiador antigo, exclusivamente subjetivo, mas sua obra estava de acordo com a historiografia da época, em que o autor passava para o espírito do leitor suas convicções políticas, sociais, religiosas e morais. Sua obra é obra de arte e não de erudição e como tal deve ser compreendida e estudada (211).

P. GRIMAL — sua obra serviu à política de Augusto quanto ao fim e ao tema, mas é obra honesta. Considera-a apologética, mas afirma que Lívio só serviu a Augusto na medida que ele serviu à Pátria profundamente amada (212).

DE SANCTIS — a obra de Lívio é moderna e vivida, de espírito, de bom gosto e de fina sensibilidade. Ele não é um crédulo e não esconde as suas deficiências ao leitor. É honesto. Ama as tradições antigas porque elas constituem o passado do seu povo e lhe exprimem o espírito (213).

JEAN BAYET — perdoa-se Lívio por sua busca incompleta. Possuidor de bom senso e rigoroso. Sua obra possui um curso amplo e regular realizando uma narrativa perfeita apesar das lacunas da documentação (214).

(209). — Passerini, *op. cit.*, p. 196 a 204.

(210). — Homo, *op. cit.*, p. 146 a 150.

(211). — Leoni, *op. cit.*, 97.

(212). — Grimal, *op. cit.*, 89.

(213). — De Sanctis, *Enciclopédia Italiana* p. 330 e *Problemi di Storia Arnica*, p. 225 e 247.

(214). — Bayet, *op. cit.*, p. XII e XIII.

J. L. CASSANI — sua história difere fundamentalmente dos *Anais*, pela grande quantidade de informações, estilo claro e majestoso e notável sentido crítico e seletivo. Realizou uma cuidadosa seleção de fontes (215).

COLLINGWOOD — foi um Historiador filósofo, menos filósofo que Políbio, mas mais filósofo que qualquer Historiador romano. Lívio não incorreu na mais grosseira ingenuidade como se afirma. Não há fundamento nesta acertiva, pois o Historiador fez tudo para agir criticamente. No problema relativo às "fontes" sua atitude foi deturpada. "Sua obra foi constituída com cola e tesoura" (216).

Para todos esses autores analisados, sua obra foi positiva e suas qualidades bem maiores que seus defeitos, para outros, da-se o contrário. Acentuam as deficiências de Lívio, julgam-no desonesto e falso da verdade.

Vejamos:

BESSELAAR — não era um pesquisador metuculoso e nem se preocupava em examinar rigorosamente os documentos. Tinha idéia da realidade histórica e se esforçava para ser imparcial, mas sua obra é mais uma concepção artística que uma obra científica (217).

SALVATORE — suas linhas têm pouco de análise fria e objetiva dos fatos. São mais exaltação das glórias romanas e das suas origens até o Principado. "Antes de História é poesia em prosa" (218).

R. PICHON — considera que suas qualidade superam os seus vícios; mas lhe faz uma grande crítica, assinalando que o seu defeito sob o ponto de vista histórico vem dos seus fins; glorificando a Pátria, julga parcialmente as coisas, e, querendo fazer história eloquente, falseia a verdade. Há em Lívio muita negligência na narrativa dos fatos, dos costumes, *partis-pris* no julgamento dos atos (219).

ETTORE PAIS — A narrativa de Lívio para os tempos da Realeza Romana, não é digna de fé. O culto da forma nem sempre fez com que chegasse à verdade. Suas qualidades literárias são criticáveis (embora não importe ao Historiador o lado estilístico da obra, mas sim o sentido histórico e político do autor).

(215). — Bayet, *op. cit.*, p. XXXVIII indica Lejay, *História da Literatura Latina*, Paris 1923 p. 31; Cassani, *op. cit.*, p. 68.

(216). — Collingwood, *op. cit.*, p. 64.

(217). — Besselaar, *op. cit.*, p. 18 a 58.

(218). — Salvattore, *op. cit.*, p. 403.

(219). — Pichon, *op. cit.*, p. 310 e 314.

Ele não um perfeito modelo de ciência política e exatidão histórica. É falsa a sua concepção da realidade histórica e do tempo que está atribuída. Quanto ao lado político sua obra não revela nenhum caráter definido, e quanto à técnica histórica seus livros são criações defeituosas. O desenvolvimento da ciência Geográfica e Etnográfica da Historiografia grega não lhe importou. Não se interessa por questões de ordem cronológica. Não considerou problemas de caráter topográfico. Não se interessou pelo momento. Copia apenas os analistas fazendo uma seleção empírica de suas fontes. Não era cultor da História Antiga nem Arqueólogo, por isso os primeiros quatrocentos anos da História Romana foram tratados superficialmente por ele. Escreveu, com fim pragmático de ensinar aos modernos as virtudes romanas, daí não ter pesquisado (220).

3.6. — *Conclusão.*

O grande perigo em que incorrem muitos historiadores modernos, é o de esquecer que quando Lívio viveu

"simplesmente a crítica metodológica exercida pela Historiografia Moderna ainda não fora inventada" (221).

Havia junto à "tradição", um amontoado de lendas. Lívio não soube muitas vezes explicá-las reproduzindo-as de boa fé; mas fez tudo para agir criticamente. Não sentimos sua propalada ingenuidade e* não compreendemos como acusa-lo sem apelo em nome da crítica moderna, o que seria para nós uma atitude incompatível com a moderna Historiografia.

É preciso compreendê-lo em seu momento, reconhecendo seus escrúpulos e boa fé. Nesse simples ensaio procuramos apenas sentir as influências que se fizeram sentir sobre ele, mas só julgamos possível emitir um juízo desapassionado sobre sua obra, se buscarmos conhecer em que condições de luz e liberdade escreveu, se conhecermos com maiores detalhes sua vida e a sociedade em que viveu, e se pudermos compará-lo com a legislação, os costumes e a literatura geral do seu país (222).

(220). — Ettore Pais, *Storia Di Roma*, p. 140 a 145.

(221). — Collingwood, *op. cit.*, p. 66.

(222). — Pretendemos aprofundar nossos estudos sobre Tito-Lívio e sua obra.

Fomos busca-las primeiramente na própria tradição que tanto amou: representada pelos analistas (daí a análise que fizemos dos mesmos); em seguida estudamos o meio em que viveu (o momento histórico em que redigiu sua obra) para procurar situa-lo na problemática política e social da época; finalmente tentamos buscar as possíveis influências dos historiadores gregos e romanos seus contemporâneos, chegando a algumas conclusões precárias e passíveis de contestação que estão a nos exigir um maior aprofundamento de nossos estudos:

1^a). — Tito Lívio sofreu uma grande influência da Analística Republicana, enquanto que pouca ou quase nenhuma influência dos historiadores romanos que lhe antecederam diretamente ou foram seus contemporâneos (com exceções por nós apresentadas em páginas anteriores).

2^a). — Tito Lívio pouco foi influenciado por historiadores não latinos, porem a influência de Políbio foi inconteste e notória, principalmente no período em que trata da segunda Guerra Púnica (223).

3^a). — A obra de Lívio é de grande importância para o conhecimento da História Romana porque ela é muitas vezes o único testemunho que possuímos sobre alguns períodos desta História.

Sua obra teve grande repercussão na época e os seus contemporâneos louvaram a arte liviana, onde transpareceram episódios da mais profunda repercussão épica e dramática. Ela vem repercutindo através dos séculos e ainda hoje, se considerada dentro da sua época e do seu meio, terá grande importância para a Historiografia Contemporânea (223).

Segundo o professor De Sanctis não foi sem razão que sua obra resistiu aos séculos:

"a profunda seriedade, o sincero amor pela verdade, o quente afeto à Pátria e à sua memória, sua nobreza de sentimentos e especialmente seu senso humano e vigilante, explicam o sucesso de sua obra junto aos leitores antigos e modernos" (224).

Se a encarmos por esse prisma, iremos considera-la uma obra moderna e "vívida".

4^a). — A obra de Lívio é utilitária e apologética a nosso ver em relação à *Urbs*.

(223). — Parattore, *op. cit.*, p. 455 e 458.

(224). — De Sanctis, *op. cit.*, p. 329 e 330.

Não chegamos a nenhuma conclusão definitiva quanto ao fato de ser ela uma obra comprometida com Augusto, não encontramos elementos que comprovassem uma pressão direta de Augusto e de seus auxiliares no sentido de conduzir as idéias de Lívio a ponto de sua obra ser encarada como *engagé*.

Não resta dúvida que o ideal de moralização e de enaltecimento da *virtus* romana coincidia com a política do *Princeps*, mas continuamos a acreditar que sua obra não foi feita para bajula-lo e enaltece-lo.

5ª). — Lívio não é um ingênuo nem aceita a tradição de olhos fechados.

Há exagero de alguns historiadores ao criticar suas fontes. Elas foram deficientes, como também seu critério de seleção. Mas ele se esforçou por critica-las e procurou compara-las, embora usando processos muito subjetivos, isso não implica em desonestidade nem mentira deliberada ao leitor (225).

Seus erros foram comuns aos analistas antigos a quem se ligou.

A crítica que se lhe faz pela falta de cuidados com as fontes tem procedência, mas como vimos anteriormente esta não era a sua. preocupação primordial — História para ele era obra de retórica e sua predileção estilística (226).

Se analisarmos a obra de Lívio à luz da Metodologia Histórica veremos que o Historiador falhou na fase da Heurística e da Crítica, daí sua síntese ser vulnerável às críticas.

6ª). — Finalmente devemos assinalar que a obra de Lívio ajuda-nos, mais do que nenhuma outra do período, a compreender o temperamento romano com seu mixto de razão e superstição.

Cumpriu com dignidade o seu propósito de escrever a história gloriosa de Roma. Pouco importa que muitos dos prodígios por ele relatados não hajam ocorrido. Basta-nos saber que em seu tempo se lhes atribuíram importância.

"Os deuses nunca falaram. Mas os seus ditos perturbaram a marcha dos cônsules em suas campanhas guerreiras, retardaram sua saída, mudaram um combate ou dissuadiram-lhes de empreende-lo".

(225). — Grimal, *op. cit.*, p. 89.

(226). — De Sanctis, *op. cit.*, p. 329.

São de máxima importância por isto.

Não nos parece que a transmissão desses pequenos fenômenos curiosos, deliberadamente como fez Lívio, mereça desprezo, e sim análise especial.

A crença nas manifestações sobrenaturais, no tempo do nosso autor embora estivessem muito decadente, existiam, como existiram depois. Não compreenderíamos bem o caráter de alguns vultos da História Romana se não soubéssemos que estavam sujeitos à superstição e acreditavam nos augúrios.

* * *

III. — CONCLUSÃO.

Características da Historiografia Romana no Principado.

"A concepção de História no sentido moderno da palavra, ciência desinteressada, não era conhecida pelos romanos na época da República (227).

Eles viram na História antes de mais nada, uma obra nacional, um instrumento de governo e uma escola de civismo.

Tem razão o professor Besselaar em afirmar que o interesse dos historiadores latinos de acordo com seu gênio prático era profundamente político, revelando tendências patrióticas e moralísticas (228).

Entre suas principais características citamos:

1^a). — Os historiadores romanos sofreram influência dos gregos e muitas vezes usaram um critério semelhante aos deles, contudo evidenciou-se em suas obras uma preocupação maior que a dos helenos, com a exatidão. Embora seja bem verdade que não possuíam os historiadores romanos técnicas apropriadas para bem alcançá-la (229).

2^a). — Existe entre os historiadores latinos uma marcada particularidade no tratamento dado às suas obras o que lhe concede uma fisionomia própria (230). Há uma preocupação marcante em reconstituir o passado com sóbria dignidade e elegância de formas. Os historiadores procuram ser, antes de mais nada, verdadeiros artistas. Sua preocupação estilística tornava-se evidente quando criavam obras que visavam principalmente tornarem-se

(227). — Vide notas de aula da Universidade de Roma.

(228). — Besselaar, *op. cit.*, p. 13.

(229). — Cassani, *op. cit.*, p. 58 a 61.

(230). — Cassani, *op. cit.*, p. 59.

"peças literárias à serviço de Roma" (231).

3.^a). — A Historiografia Imperial omite, deforma fatos, exagera cifras, põe em jogo o fantástico e o milagroso e explica fatos prescindindo de fontes. Não nos espanta que os romanos assim tenham agido, simplesmente porque compreendemos que essas modalidades são próprias do ambiente que se incidiu sobre eles. Vários fatores apareceram, como analisamos nesta época, e atuaram sobre os historiadores e suas obras, principalmente no seu aspecto psicológico: o orgulho nacional, o pragmatismo e a já mencionada preocupação artística (232).

A busca de objetivos patrióticos, lendários, pragmáticos e literários se lhes impunha assim.

4.^a). — Outra característica assinalada pela maioria dos historiadores é a particular inclinação para os fatos políticos e sociais. Eles revelam uma grande agudeza para a análise e interpretação dos fatos.

Bergston e Gorzetti afirmam que a História foi para os romanos a continuação da política com outras armas (233).

É fácil entender o sentido desta Historiografia se considerarmos a marcada tendência romana para a atividade política. Com raríssimas exceções na qual incluímos Nipote e Lívio, todos os historiadores romanos exerceram funções públicas e participaram ativamente das idéias políticas de suas épocas.

Podemos resumir as nossas considerações sobre os historiadores do Principado à luz da Historiografia Moderna de forma simples: preocupação de fontes, mas pouca busca, agudeza de crítica e elegância de estilo, mas pouca exatidão na apresentação de fatos, penetração na análise dos fenômenos políticos, mas deformações pragmáticas.

5.^a). — Não podemos dizer que sua história se enquadre nas exigências da Historiografia hodierna e que seja por exemplo como quer Collingwood: científica, humanista, auto-reveladora e racional (234). Ela é humanista porque admite que o que acontece na História, acontece como resultado direto da vontade humana. É auto-reveladora, pois ensina o que o homem fez para ajudar a compreender o

(231). — Cassani, *op. cit.*, p. 60.

(232). — Cassani, *op. cit.*, p. 60.

(233). — Bergston (H.), *Eingeihung in die geschichte*, Munich, 1953, p. 80 e Gorzetti (A.), *Introduzione a La Storia Romana*. Milão, 1957, p. 32. Apud Cassani, p. 61.

(234). — Collingwood, p. 10 e 35.

que o homem é. Mas nem sempre foi racional e crítica porque nem sempre buscou a investigação e fundamentou suas explicações em provas (235).

Para os romanos não havia distinção entre História e Literatura. Eles faziam mais uma "literatura histórica".

•

BIBLIOGRAFIA.

I. — OBRAS DE CONSULTA.

DAREMBERG (C.) e SAGLIO (E.), *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*. Paris, 1877-1918.

LAVEDAN (Paul), *Dictionnaire Illustré de la Mythologie et des Antiquités Grecques et Romaines*. Paris, 1931.

MARQUARDT (J.) et MOMMSEN (Th.), *Manuel des Antiquités Romaines*. Trad. franc. sous la direc. de Humbert. Paris, 20 vols., 1890-1907.

PAULY-WISSOWA. *Real-Encyclopadie der Klassischen Altertumswissenschaft*. Stuttgart .

DE SANCTIS (G.), *Enciclopedia Italiana — Stória e Storiografia Antica*. (Roma MCMXXXIV; XII e XXI) .

II. — TEXTOS.

AUGUSTO, *Res Gestae Divi Augusti* (Trad. de G. D. Leoni).

TITO LIVIO, *História*. Les Belles Lettres. Textos de Jean Bayet.

TITO LIVIO, *História*. Tradução de Guido Vitali, Edit. Zanichelli. Bolonha, 1958.

HALICARNASSO (D.), *Arq. Rom.*, 1, 74, 1. Apud Cassani, (J.L.), *Dei Epos a la Storia Científica*.

SALÚSTIO (G. S.), *História*. 48. Trad. de José Bejar. Obras Mestras, 1959.

VIRGILIO, *Geórgicas*. Apud Duruy, *Histoire des Romains VIII e VIX*, e Les Belles Lettres.

CICERO, *De Oratore*, II, 52. Apud Ettore Pais, *Histoire des Romains*.

CICERO, *De Leg.* I, 2, 7. Apud Duruy, *Histoire des Romains*, VIII e VIV.

TÁCITO, *Anais*. Les Belles Lettres. Hachette.

DION CÁSSIO, *História de Roma*, L. III, 17. Apud Duruy.

III. — OBRAS GERAIS E ESPECIAIS.

ALBERTINI (Eugène), *L'Empire Romain*. Paris, Payot, 1925.

AIMARD e AUBOYER, *Roma e seu Império*. São Paulo, Col. D.E.L. Vol. II.

(235). — Tito Lívio, *História*. Apud Collingwood, *op. cit.*, p. 35.

- BAUER (Wilhelm), *Introducción al Estudio de la Historia*. Barcelona, Bosch. 1957.
- BAYET (Jean), *Litterature Latine*. Paris, A. Colin. 1962.
- BESSELAAR (J. V. D.), *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo. Herder. 1956.
- BLOCH (Gustave), *L'Empire Romaine*. Paris. Flammarion. 1922.
- BIELER (Ludwig), *História de la Literatura Romana*. Madrid. Gregos S.A. 1968.
- BARDON (M.), *Les Empereurs et les Lettres Latines d'Auguste à Hadrien*. Paris. 1910.
- CARLO (A. Millares), *História de la Literatura Latina*. México, Fondo de Cultura Economica. 1953.
- CASSANI (Jorge Luiz), *Del Epos a la Historia Científica*. Buenos Aires, Ed. Nova S/D.
- COLLINGWOOD (R. G.), *Idéia da História*. Lisboa. Ed. Presença s/d. (Trad. de Alberto Freire).
- D'ONOFRIO (Salvatore), *A Liberdade de Expressão na Roma Imperial*, in "Revista de História" — 1967, XXXIV, 70, 393, p. 413. São Paulo.
- DUPOY (Auguste), *Rome et les Lettres Latines*. Paris. A. Colin. Paris. 1946.
- DURUY (Victor), *Histoire des Romains*. Vol. III e IV. Paris. Hachette. 1881.
- DE SANCTIS (Gaetano), *Problemi Di Storia Antica*. Paris. 1932.
- FERRERO (Guilhermo), *História Romana*, São Paulo. Martins Editora. S/d.
- GRIMAL (Pierre), *Le Siècle d'Auguste*. Paris. PUF. 1955.
- HOMO (Léon), *Histoire Romaine. Haut-Empire*. Coleção Glotz. Paris. P.U.F. 1933.
- HOMO (Léon), *Civilisation Romaine*. Paris. Payot. 1930.
- LEONI (G. D.), *A Literatura Latina*. São Paulo. Nobel. S/d.
- HUBERT, *Les Celtes*. Barcelona. Ed. Arantes. S/d.
- LEJAY (Paul), *Histoire de la Litterature Latine. (Des Originis a Plaute)*. Paris. 1923.
- LÍVIO (Tito), *Histoire Romaine*. Livro I. Paris. Les Belles Lettres, 1961.
- MARACHÉ (René), *La Propagande Politique dans la Literature au Temps d'Auguste*. "L'Informatin Historique". Paris, J. B. Baillièere et Fils. 17e. année. Janeiro — Fevereiro. 1955.
- MOMMSEN (T.), *Histoire Romaine*. Paris. Flammarion. S/d.
- MARROU (Henri), *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo. Herder.
- NIDERTST (R.), *Rome, Cours de la Sorbonne*. Paris, *Histoire Ancienne*. S/d. 4º.
- PAIS (Ettore), *Storia Di Roma*. Roma. Ed. Optima. S/d.
- PAIS (Ettore), *Histoire Ancienne (Histoire Romaine)*. Tomo I (Glotz), Paris, PUF. 1926.
- PARATORE (Ettore), *Storia della Litterature Latina*. Firenze, Sansoni. S/d.

- PASSERINI (Alfredo), *Questioni di Storia Antica*. Milano. Marzorati. 1952.
- PICHON (René), *Histoire de la Littérature Latine*. Paris. Hachette. 1912.
- PAUL (Petit), *Guide de L'Etudiant en Histoire Ancienne*. P.U.F. Paris. 1959.
- PAUL (Petit), *Pax Romana*. Paris. P.U.F. 1967.
- PIGANIOL (André), *Histoire Romaine*. Paris. Col. Clio. 1939.
- PALANQUE (J. R.), *L'Empire Universel de Rome*. Pleiade. Vol. I. Paris. Gallimard.
- ROSTOVTZEFF (Miguel), *História Social y Economica del Império Romano*. Trad. de Ballesteros. I. Madrid. Espasa Calpe S.A. 1937.
- SANCTIS (G. De), *Storia e Storiografia Antica*, Enciclopédia Italiana, Roma. MCMXXXIV — XII. Vol. XXI — *Problemi Di Storia Antica*. Paris. Laterza. 1932.
- SALMON, *A History of the Roman Wall*.
- TAINÉ (H.), *Essais sur Tite Live*. Hachette. 1856. s/d.
- VIANNA (E.), *A Guerra de Roma Contra Jugurta*. 1945. Rio de Janeiro. *The Cambridge Ancient History — The Augustan Empire*. Vol. n° X.